



ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria
de Educação





**ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**
NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL



**Brasília
2019**

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Marcus Vinícius Britto de Albuquerque Dias

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Rafael de Carvalho Pullen Parente

SUBSECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Helber Ricardo Vieira

DIRETORA DE SERVIÇOS E PROJETOS ESPECIAIS DE ENSINO

Ana Karina Braga Isac

GERENTE DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Érika Goulart Araújo

ELABORAÇÃO

Alessandro Neves de Souza
Cléssia Mara dos Santos
Érika Goulart Araújo
Marina Cantanhêde Rampazzo
Michelle Ribeiro Confessor

COLABORAÇÃO

Bianca Lázaro Severino, Cristiane Alves de Assis, Cristina Rodrigues Duarte, Débora Alves das Neves, Edmar Vieira Silva, Elinéia Soares Saldanha, Elisabeth Rocha de Jesus Atta, Eny Luz Lacerda, Eugênia de Medeiros Souza, Gláucia Simões da Silva, Hellen Rodrigues Vieira, Ivete Dantas da Silva, Ivo Marçal Vieira Júnior, Izabel Cristina de Lima, Jacira Umbelino Pereira, Janaína Vieira Pinto, José Delvinei Luiz dos Santos, Joyce Barbosa Naves Bossatto, Karla Shele de M. Siqueira, Kátia Ciléria Moreira D'Ángelo, Lilian Alessandra Sant'ana Soares Pova, Lilian Chaul de Souza, Lúcia Maria de Oliveira Santis, Luciano Matos de Souza, Luzirene do Rego Leite, Marília Alves de Souza, Maria das Dores Soares Santos, Maria do Socorro Ferreira da Paixão, Maria Neirizângela de Almeida Pessoa, Michele Miranda de Azevedo, Miriam Laurentino de Lima, Patricia Gerard de Oliveira, Paulo Henrique Marques dos Santos, Rejane Siqueira Lara e Silva, Sandra Walkiria César Palmeira, Sheila Pereira Santos, Sílvia Helena Costa Galletti, Synthia Patrícia Lemes, Tarciane Farias Regis da Silva, Rosemary dos Santos Menezes, Telma Sales Batista, Thaianne Ferreira, Vanessa Janaina Rodrigues Almeida, Viviane Pontes de Sá Mesquita de Moura, Wagner de Faria Santana. Em especial: Ana Claudia Costa Medeiros, Élia Martins Oliveira e Yara Pereira de Oliveira.

REVISÃO

Jeovany Machado dos Anjos, Márcia Garcia Leal Pires, Juliana Keoui Ammirabile, Maria Susley Pereira e Elaine Goulart Araújo

REVISÃO GRAMATICAL

Selma Frasão

CAPA, PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Frank Alves



“Não sei se a vida é curta ou longa para nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que
envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita,
alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia,
desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.

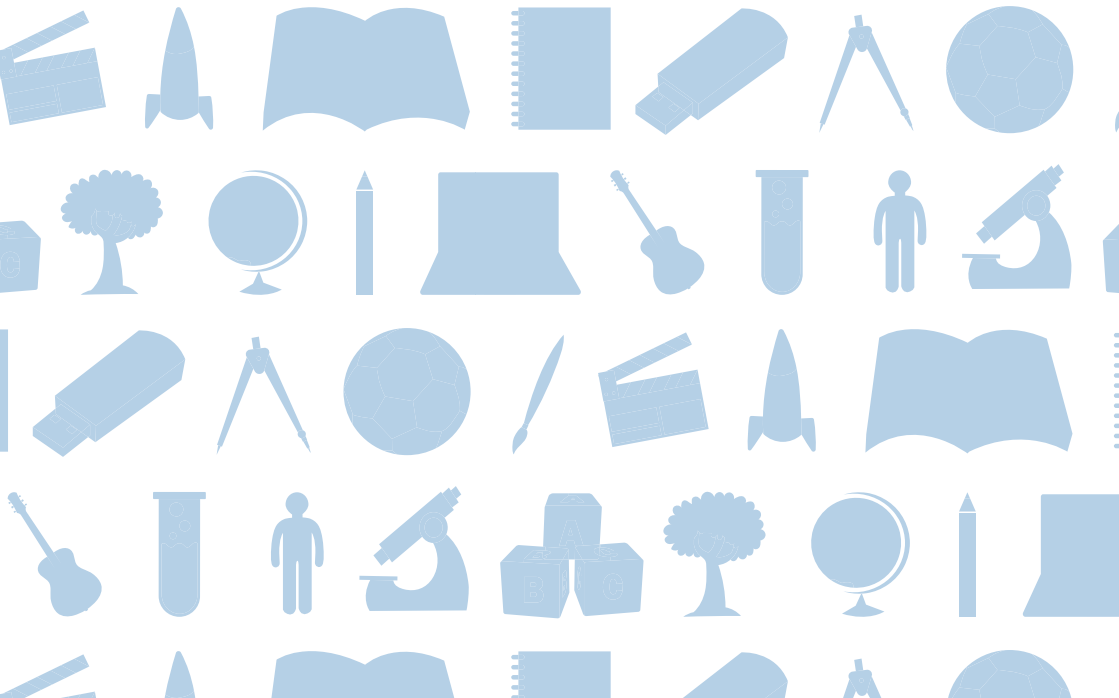
É o que faz com que ela não seja nem curta,
nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira,
pura enquanto durar.”

Cora Coralina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	10
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
3. CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	23
3.1. CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DO(A) PEDAGOGO(A) - ORIENTADOR(A) EDUCACIONAL	25
3.1.1 NÍVEL CENTRAL.....	26
3.1.2 NÍVEL INTERMEDIÁRIO	28
3.1.2.1 ELEIÇÃO DO COORDENADOR INTERMEDIÁRIO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL:	29
3.1.3 NÍVEL LOCAL	30
4. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NAS DIFERENTES ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO	33
4.1. NA EDUCAÇÃO INFANTIL	33
4.2. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	35
4.3. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS.....	37
4.4. ENSINO MÉDIO	40
4.5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA.....	42
4.6. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	46
4.7. ESCOLAS PARQUE.....	48
4.8. CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS	50
4.9. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	52
4.10. EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	55

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA UNIDADE ESCOLAR	57
5.1 AÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	60
5.2. AÇÕES INSTITUCIONAIS.....	63
5.3. AÇÕES JUNTO AOS PROFESSORES	67
5.4. AÇÕES JUNTO AOS ESTUDANTES.....	71
5.5 AÇÕES JUNTO ÀS FAMÍLIAS.....	77
5.6 AÇÕES EM REDE	81
6. AVALIAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	85
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
8. REFERÊNCIAS	91



APRESENTAÇÃO

Queridos(as) Pedagogos(as) – Orientadores(as) Educacionais,

Esta Orientação Pedagógica é fruto de um longo período de pensamentos, reflexões, discussões e reelaborações do papel da Orientação Educacional na Educação Pública do Distrito Federal e da sua organização do trabalho pedagógico. Durante esse processo, todos os(as) Pedagogos(as) – Orientadores(as) Educacionais tiveram oportunidade de participar, contribuir e refletir. Dessa forma, este é um documento que revela o sentido colaborativo e de união que esses profissionais vêm apresentando e fortalecendo ao longo de sua história de trabalho com os estudantes, docentes, gestores, familiares e demais integrantes da comunidade escolar.

O presente documento busca, de maneira didática e objetiva, esclarecer as características do trabalho dos(as) Pedagogos(as) – Orientadores(as) Educacionais em suas frentes de atuação: nível central, intermediário e local, passando por todas as etapas e modalidades da escolarização presentes na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer pelo trabalho desempenhado por este grupo em prol de uma educação verdadeiramente integral, com vistas à cidadania, à diversidade e aos direitos humanos, que valoriza a função social da escola e acolhe nossos estudantes com um olhar diferenciado e cuidadoso para cada um deles.

Muito obrigado!

**Secretaria
de Educação**



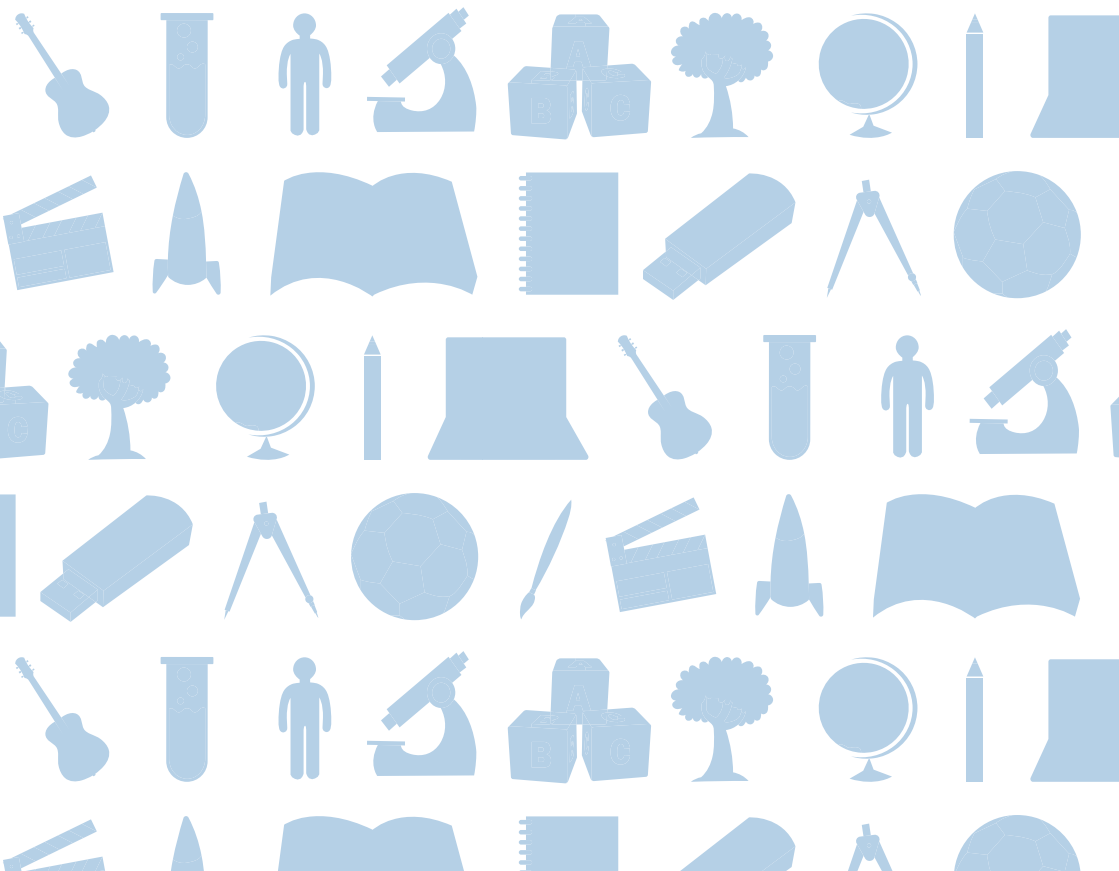
INTRODUÇÃO

A presente Orientação Pedagógica -OP- para a Orientação Educacional foi construída considerando os desafios e as necessidades da realidade escolar atual, bem como as concepções de educação explicitadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, s/da). A Orientação Pedagógica foi fruto de diálogos, trabalho coletivo e articulado dos(as) Pedagogos(as) – Orientadores(as) Educacionais da rede pública de ensino, em suas especificidades de ação: em nível central, nos espaços das coordenações intermediárias, em nível local e com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE.

Esse coletivo indicou o caminho das estratégias e ações apresentadas aqui e agrupadas em seis áreas de ação a partir do saber-fazer do Orientador Educacional em nível central, intermediário e local, tendo por base a Orientação Pedagógica de 2010. Ao sistematizar esse documento e repensar sua estrutura interna, cuidou-se em preservar as fontes consultadas, em especial as locais, as conquistas da categoria no cenário do Distrito Federal e as contribuições de todos(as) os(as) Pedagogos(as) – Orientadores(as) Educacionais durante o percurso de reformulação realizado desde 2012. Vale ainda destacar que nesse percurso, entre idas e vindas reflexivas, ora no coletivo, ora em grupos menores, foi possível instaurar um processo de pensar e repensar a identidade desses profissionais na rede.

A identidade da Orientação Educacional aufere, com esta Orientação Pedagógica, uma valiosa contribuição em seu processo contínuo de construção coletiva e futura consolidação nos diferentes contextos vivenciados nas escolas públicas da rede. Isso de forma a desenvolver, conjuntamente com os profissionais da Orientação Educacional do Distrito Federal, uma consciência de seu saber, de seu fazer e de sua práxis pedagógica para abrir novas possibilidades de ação em prol das aprendizagens e do desenvolvimento humano.

Fortalece-se, assim, a práxis da Orientação Educacional como parte da ação pedagógica junto à comunidade escolar, com o grande objetivo de contribuir para resultados qualitativos na aprendizagem e na preservação da garantia dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos estudantes adultos das escolas públicas, referendando a função social da escola. Para tanto, essa práxis identifica-se com a necessidade de articular-se prioritariamente ao trabalho de cunho coletivo e em parcerias dentro e fora da escola, com o desafio de dialogar e de se perceber em rede, por meio da especificidade de sua ação e função.



I. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Cada pessoa tem suas experiências singulares que fia e desfia, borda e aborda aquilo que reconhecemos como tecido da história ou aquilo que chamamos de trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos.

Veyne (1992)

Para entender a identidade da Orientação Educacional, faz-se necessário, primeiramente, compreender o seu histórico, sempre entremeadado e permeado pelo contexto educacional, que se constrói a partir da realidade política, histórica, social e cultural. Nesse sentido, diversas influências e concepções de educação, ao longo do tempo, foram expressivas na construção dessa identidade profissional.

A Orientação Educacional faz parte da política educacional no Distrito Federal desde a sua implantação na então Fundação Educacional do Distrito Federal, como descreve Santis et. al. (2006). Nos anos 60, tratava-se de uma prática descentralizada, presente principalmente nas escolas de Ensino Médio. O atendimento naquele período era individualizado e voltado para a formação educativa e profissional do estudante. Já na década de 70, o foco passou a ser a então 8ª série do Ensino Fundamental, ainda voltada para a orientação profissional, com uma abordagem tecnicista.

Com a redemocratização do Estado brasileiro na década de 1980, houve mudanças significativas na Orientação Educacional, principalmente com a implantação do Projeto de Orientação Educacional no Plano de Educação e Cultura (PEC) de 1980/1983. Esse plano ampliou a atuação dos profissionais da área para além da orientação vocacional, perpassando pelas orientações pessoais, sociais e acadêmicas dos estudantes.

Além disso, em 1984, Brasília sediou o VIII Congresso de

Orientadores Educacionais, que, ainda segundo Santis et. al. (2006), “colaborou para o redirecionamento da prática da orientação numa perspectiva mais político-pedagógica, em consonância com os movimentos sociais da época que se colocavam em defesa da justiça social” (SANTIS et al, 2006, p.15). A partir de 1986, a Orientação Educacional expandiu sua oferta para os anos iniciais do Ensino Fundamental e passou a basear-se nos pressupostos teóricos da pedagogia crítico-social dos conteúdos, assumindo uma ação integrada ao currículo, voltada tanto para questões políticas quanto psicopedagógicas, ligadas ao processo ensino-aprendizagem.

A partir dos anos de 1990, a prática da Orientação Educacional passou a ser valorizada e a assumir uma postura “voltada para a libertação, para a promoção dos alunos respeitando a individualidade de cada um na pluralidade do coletivo, privilegiando o desenvolvimento total do aluno enquanto ser individual e coletivo, uma prática aberta e dinâmica, abrangente e contínua como a vida e como a realidade histórico-social” (*Ibid.*, 2006, p. 16).

Em 1999, a então Fundação Educacional do Distrito Federal entrou em processo de extinção e concentrou esforços na reformulação da política educacional, propondo um novo currículo para a Educação Básica da rede pública de ensino do Distrito Federal, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. A Orientação Educacional reafirmou seu enfoque pedagógico centrado no currículo, vinculado ao processo educativo global, valorizando o estudante como sujeito ativo e não mais passivo. A proposta era desenvolver ações que proporcionassem a formação do cidadão competente, pronto a enfrentar as situações do cotidiano com dignidade, senso crítico, inteligência, autonomia e respeito pelos outros.

Nesse sentido, o histórico local se complementa com o contexto nacional, já que, segundo Grinspun (2014), a orientação passou de uma concepção meramente assistencialista aos estudantes, para uma prática voltada à formação da cidadania. Sob esse ponto de vista, o orientador educacional participa de uma educação integral, que possibilita ao estudante fazer reflexões, análises e tomadas de decisões a respeito de suas próprias ações.

Como explicita Grinspun (2014),

Historicamente a Orientação tinha um papel complementar na escola; preocupava-se mais com as questões de cunho psicológico, chegando mesmo a ser vista numa abordagem terapêutica. Hoje pretendemos uma orientação mais crítica, pedagógica, que promova a vez e a voz aos alunos, que insira a questão do trabalho em todas as atividades que ocorrem na escola e que discuta acima de tudo a nossa própria sociedade, na sua conjuntura e estrutura e, também as questões do próprio aluno como pessoa. Devemos, portanto, trabalhar muito os valores dos alunos, da escola, da sociedade, incentivando cada vez mais a participação, (...) incentivo aos alunos em atividades e realizações na própria sociedade, em especial quando envolvem questões relacionadas à cultura, ao esporte e ao lazer. (GRINSPUN, 2014, p. 57).

Tal formação está preocupada com um cidadão que possa atuar não apenas na realidade contemporânea, mas também no futuro da humanidade. Para tanto, foi preciso buscar a democratização das relações entre os setores da escola – estudantes, profissionais, família e comunidade. Com isso, a orientação deixou de focar em estudantes especiais ou ditos “alunos-problema” e passou a estar comprometida com todo o corpo discente.

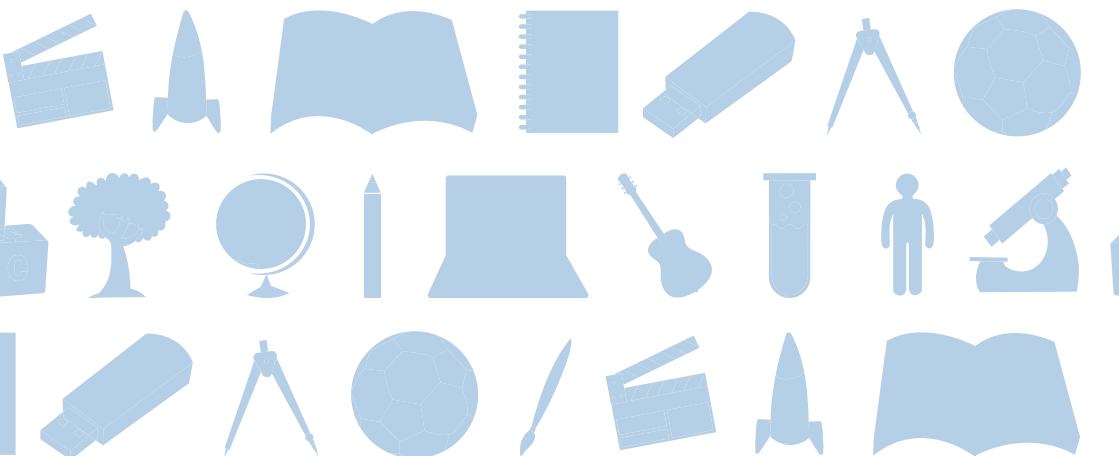
No período de 2007 a 2009, no Distrito Federal, a Orientação Educacional se fortaleceu por meio da contratação de mais de 500 profissionais. A chegada destes ocorreu em um momento em que a política educacional voltava-se para o enfrentamento da violência e para a promoção da cultura de paz. Nesse contexto, “a Orientação Educacional passou a integrar o trabalho pedagógico da instituição educacional e da comunidade escolar na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do estudante, tendo como pressupostos o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à opinião, à democracia da participação e a valorização do educando como ser integral”, conforme Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de 2007, página 32.

A partir de 2012, a aproximação da Orientação Educacional das áreas de Educação Integral e Direitos Humanos desafiou na construção de uma práxis pedagógica cada vez mais comprometida

com a formação integral do estudante com foco na cidadania, diversidade, convivência escolar, educação para o mundo do trabalho e aprendizagens. Assim, a Orientação Educacional assumiu seu papel na garantia dos direitos dos estudantes, acolhendo-os e encaminhando-os, sempre que necessário, aos serviços de saúde, justiça, segurança, assistência social etc.

A Orientação Educacional atualmente contribui para o processo educativo a partir de uma prática articulada com toda a comunidade escolar, repensando coletivamente o fazer pedagógico, participando na análise da realidade, apoiando diálogos problematizadores, promovendo a tomada de decisão individual e coletiva e executando ações com foco em objetivos compartilhados no Projeto Pedagógico da instituição escolar, a fim de tecer uma rede social e interinstitucional que colabore com o desenvolvimento integral do estudante.

Assim, é possível perceber o compromisso desses educadores com a defesa da escola pública de qualidade, em parceria com os movimentos sociais envolvidos no processo, por meio de um constante diálogo entre teoria e prática, tendo em vista contribuir com melhorias no cenário educacional.



PARA SABER MAIS

- A atuação do OE está fundamentada na legislação vigente em âmbito local e nacional, garantindo ações, desempenho, reconhecimento e respaldo frente à sociedade. Algumas dessas leis são:
- BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescente. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
- BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 5.564/68. Rio de Janeiro, 1968. (Provê sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional).
- BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 5.692/71. Rio de Janeiro, 1971. (Ênfase na orientação profissional destinada aos alunos da 8ª série. Obrigatoriedade ratificada em 1974).
- Código de Ética do Orientador Educacional. Disponível em: [HYPERLINK “http://www.asfoe.com.br/”](http://www.asfoe.com.br/) [HYPERLINK “http://www.asfoe.com.br/php/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=54”](http://www.asfoe.com.br/php/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=54) [HYPERLINK “http://www.asfoe.com.br/php/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=5”](http://www.asfoe.com.br/php/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=5) [HYPERLINK “http://www.asfoe.com.br/php/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=54”](http://www.asfoe.com.br/php/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=54)4).
- Acesso em: 10.03.2018.
- DISTRITO FEDERAL. Emenda à Lei Orgânica nº 84, de 2014. Altera dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal, que garantem direitos dos Orientadores Educacionais. Publicada no DODF nº 174, de 25 de agosto de 2014, p. 1,2.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.105, de 3 maio de 2013. Reestrutura a Carreira Magistério Público do Distrito Federal. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2013.
- ARANHA, M. L. de A. História da Educação. 2. Ed. – São Paulo, Moderna, 1986.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música
não começaria com partituras, notas e pautas.
Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria
sobre os instrumentos que fazem a música.
Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria
que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas
sobre cinco linhas.
Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas
ferramentas
para a produção da beleza musical. A experiência da beleza
tem de vir antes.*

Rubem Alves

O trabalho pedagógico da Orientação Educacional, no contexto da escola pública e em conformidade com o Currículo da Educação Básica da SEEDF (2014), deve ser desempenhado sob a perspectiva histórico-cultural da aprendizagem e desenvolvimento humano.

É necessário, portanto, que todos os educadores estudem, compreendam e empreguem tal perspectiva pedagógica, não “apenas como maquiagem, mas como eixo orientador para profundas transformações na escola, transformações essas que devem inverter a organização das atividades, não em função do professor, mas em função dos estudantes” (PRESTES, 2010, p. 196). Isso é, em função da aprendizagem, por meio da interação com o outro, por meio da convivência escolar e da experiência social, o que corrobora com os estudos dos principais expoentes dessa perspectiva:

[...] que as funções psíquicas especificamente humanas, como o pensamento lógico, a memória consciente e a vontade, não se apresentam prontas ao nascer. Elas formam-se durante a vida como resultado da apreensão da experiência

social acumulada pelas gerações precedentes, ao dominarem-se os recursos de comunicação e de produção intelectual (antes de mais nada, por meio da fala), que são elaborados e cultivados pela sociedade. Esses recursos, inicialmente, são utilizados pelas pessoas no processo de uma ação externa coletiva e na relação com o outro. Somente depois, em determinadas condições, são interiorizados, transformados em recursos interiores efetivos (em “patrimônio”, como o próprio Vigotsky denomina) da ação psíquica interna do indivíduo, graças aos quais cresce ilimitadamente a força do intelecto e da vontade humana (LEONTIEV, 1981 *apud* PRESTES, 2010, p. 36).

Olhar e cuidar de forma mais atenta as capacidades e possibilidades de aprendizagem de todos estudantes - e de toda a comunidade escolar – constitui-se contribuição fundante da Orientação Educacional na aprendizagem de outros saberes que vão para além da aquisição de conteúdos programáticos e habilidades específicas, bem como contribuição na formação de um sujeito integral, o que torna a práxis¹ pedagógica do(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional um momento de busca, de inquietudes e de aproximação coerente com a possibilidade efetiva da aprendizagem e do desenvolvimento humano.

Assim sendo,

Cabe ressaltar que, pensar a aprendizagem perpassa por compreender o estudante como um sujeito complexo, que constrói hipóteses e que para ir ao encontro do seu pensamento importa acolhê-lo, para enfim trazer situações didáticas e pedagógicas de intervenção para contribuir no sentido de que repense seu próprio pensamento, nem a mais, nem a menos daquilo de que são capazes (VIGOTSKI, 2001). Um trabalho com esse direcionamento instaura a possibilidade de um compromisso articulado com todos os

1 Segundo o pensamento marxista, a práxis é atividade humana prático-crítica na medida em que é sensível e subjetiva, ou seja, é uma atividade plenamente perceptível e consciente para o sujeito.

sujeitos envolvidos, além de gerar cumplicidade e envolvimento na conquista da produção desses saberes. Portanto, pautados nessa lógica e na busca por favorecer a interdisciplinaridade, a prática da contextualização e do que é significativo, é possível ir ao encontro do processo e da construção de novas aprendizagens. (DISTRITO FEDERAL, s/da, p. 12).

Como ponto de partida para essa práxis, é necessário problematizar sempre com qual sujeito histórico-cultural nos deparamos no contexto escolar para que possamos conhecer suas reais necessidades de aprendizagem. Nesse sentido, entende-se que a escola não é apenas um local de acúmulo de conteúdos teóricos, mas um espaço possível de humanização no qual os sujeitos que convivem nela possam vivenciar e experimentar juntos formas de compreender, estar e transformar a realidade individual e coletiva nessa convivência e que, ao mesmo tempo, sintam-se fortalecidos com aprendizagens significativas em atividades que desenvolvam e fortaleçam a afetividade, a solidariedade, a autonomia, a criticidade, a honestidade, a responsabilidade e o entendimento mútuo, ou seja, uma cultura de realização de direitos humanos e de relações democráticas: o respeito à legitimidade do diferente e de toda diversidade humana e da sustentabilidade.

O diálogo problematizador se instaura como princípio pedagógico e metodológico pertinente à Orientação Educacional na constituição dos saberes e da aprendizagem significativa, portanto, ele se difere da mera conversa, pois, segundo indica Paulo Freire (1992), “o diálogo, na verdade, não pode ser responsabilizado pelo uso distorcido que dele se faça. Por sua pura imitação ou por sua caricatura. O diálogo não pode converter-se num ‘bate-papo’ desobrigado que marche ao gosto do acaso entre professor ou professora e educandos” (FREIRE, 1992, p. 61). Nesse contexto, o mesmo autor diz que “A dialogicidade não pode ser compreendida como um instrumento usado pelo educador, às vezes, em coerência com sua opção política. A dialogicidade é uma exigência da natureza humana e também um reclamo da opção democrática do educador” (*Ibid*, 1995, p. 74).

A Orientação Educacional é entendida na perspectiva histórico-cultural como uma das ações educativas junto à comunidade

escolar que contribuirá para a autodescoberta de um ser humano capaz de agir no grupo de forma plenamente participativa, com vistas à realização de seus direitos individuais e coletivos, considerando a diversidade cultural e ambiental, a equidade – étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de identidade sexual, de opção política, de nacionalidade, entre outras – e o acesso ao ensino, permanência e conclusão em uma educação de qualidade (BRASIL, 2009).

A possibilidade dessa práxis, comprometida com aprendizagens capazes de ressignificar a existência e a participação no mundo, a subjetividade do ser humano, a violência e o conflito na convivência escolar, desafiam-nos enquanto profissionais a superarmos as diversas práticas e relações autoritárias, meramente assistencialistas, vocacionais, “psicologizantes”, instrucionais ou atuações inadequadamente espontâneas e naturalistas ainda existentes no contexto escolar. Isso considerando que essas relações/práticas marcaram historicamente a educação brasileira e ainda são reproduzidas por parte dos profissionais da educação, o que, conseqüentemente, marcou e ainda marca muitos de nossos estudantes com a opressão, marginalidade, punição, desqualificação, segregação, estigmatização, não aprendizagem, entre outras violências e violações de direitos praticadas pela escola (CANDAU, 2008).

Encontramos, ainda, como respaldo teórico-prático do trabalho da Orientação Educacional assim expressos no Currículo da Educação Básica (DISTRITO FEDERAL, s/da), os princípios da:

integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização, trabalho em rede e; convivência escolar negociada, o que possibilita a ampliação das oportunidades às crianças, jovens e adultos e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo de Educação Básica. (DISTRITO FEDERAL, s/da, p. 11)

Se antes o “aluno-problema” era o foco do trabalho da Orientação Educacional, com as atuais demandas da realidade

escolar, sua atenção se desloca para todo o ambiente educativo e social (GRINSPUN, 2005). Isso nos desafia ainda à busca constante pela resignificação e pelo fortalecimento da identidade da Orientação Educacional no contexto da escola pública, por meio da pesquisa, do estudo, da troca de experiências, de novas possibilidades de intervenções pedagógicas junto aos nossos pares e ao coletivo da escola. Desafia-nos, portanto, a buscar conhecer a fundo a realidade para transformá-la, para que ela se torne justa e humana (*Ibid*, 2006).

Ao significar a ação coletiva como princípio da organização do trabalho pedagógico na Orientação Educacional, torna-se relevante abordar a Pedagogia da Cooperação como um conjunto de conhecimentos e práticas que favorecem o desenvolvimento da cultura da cooperação como paradigma para articulação de um trabalho sistêmico e em rede dentro e fora da escola.

Dentro desse contexto do trabalho coletivo articulado, cuidar das relações e da convivência escolar a partir da identificação das situações problema-desafio² torna-se um foco na atuação da Orientação Educacional. A cooperação e a educação em e para os direitos humanos surge como fundamento para a formação de um sujeito que participa da vida social a partir do diálogo, do respeito e que seja capaz de manter relações democráticas e sustentáveis no enfrentamento de questões sociais no contexto escolar, sem negar a conflitividade inerente à condição humana.

Como marco regulador da convivência escolar, a educação em e para os direitos humanos e a mediação de conflitos possibilitam aprendizagens e transformações que constituem elementos da práxis pedagógica dialógica, fundamentais para a construção de uma cultura de paz.

A mediação de conflitos, como estratégia pedagógica de

2 Segundo Reis (2000: pag. 67), o enfrentamento de situações problema desafio é “A luta pela vida (Eros) pelo existir, pela sobrevivência contra o impedimento à vida (Tanatos). O sujeito e o enfrentamento de situações problemas desafio, que nossos ancestrais também enfrentaram: fome e busca de alimento; frio, calor, chuva, e a obtenção de abrigo, moradia, vestuário; conhecimento, Viver em relação: ser acolhido, acolher, aprender a pensar com e no coletivo. Descobrir o outro e seus interesses. Interesses e necessidades iguais às minhas e diferentes também. Lutar, mobilizar, conquistar. Conquistar saber, conhecimento e poder. Discutindo... problemas. Encaminhando e participando de suas soluções”

enfrentamento dos conflitos e violências no contexto escolar, problematiza-os e horizontaliza as relações, de forma crítica-transformativa, na medida em que se faz a leitura de mundo. Embasa-se na filosofia da cultura de paz, com seu caráter altamente dialógico, o que empodera ações individuais e coletivas que podem contribuir na superação de diversas violências.

Outras estratégias pedagógicas baseadas nos valores como cooperação, colaboração, generosidade, solidariedade, coletividade, podem contribuir na prevenção, redução e transformação da cultura de violência. Esta, por sua vez, nutre-se de valores como o individualismo e a competitividade implícitos na maioria das regras dos jogos das atividades pedagógicas e que, na dinâmica diária de trabalho, são por vezes reproduzidas, de forma inconsciente.

PARA SABER MAIS

- **BROTTO, Fábio Otuzi. – Jogos Cooperativos: O Jogo e o Esporte como um exercício de Convivência. Santos : Projeto Cooperação, 2001.**
- **CAPRA, F. A teia da vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.**
- **MATURANA, H. R. Emoções e Linguagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.**
- **VYGOTSKY, L. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.**
- **<http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publications/1449252206540.pdf> (Caderno de Educação em Direitos Humanos).**
- **GRINSPUN, M. P. S. Z. A prática dos Orientadores Educacionais. São Paulo: Cortez, 2001.**
- **SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.**

3. CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A exatidão da escuta, a constante disposição de explicar, a paciência de insistir sobre a questão debatida; e ainda mais a capacidade de atrair para o espaço do diálogo aquilo que estamos inclinados a calar, e de fazer disto algo que mereça que se fale e, deste modo, de transformar, de alargar, de afiar tudo na palavra e na escuta.

Hannah Arendt (1974)

O trabalho da Orientação Educacional deve estar articulado às demais instâncias da unidade escolar, bem como à família e à comunidade, estabelecendo uma rede social e institucional de proteção e garantia aos direitos do estudante e de melhoria da qualidade da educação.

Considerando as características até o momento apresentadas, entende-se que o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional desenvolve seu trabalho, tendo em vista sua capacidade de dialogar com o corpo escolar, o currículo e o processo ensino-aprendizagem diante da realidade socioeconômica do estudante, além de:

[...] analisar com a equipe as contradições da escola e as diferentes relações que exerçam influência na aprendizagem; contribuir para as melhorias do ensino e das condições de aprendizagem na escola; estruturar o seu trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e econômica do país; fundamentar cientificamente sua ação, buscando novas teorias a partir de sua prática” (GRISPUN, 1998 apud Porto, 2009, p. 73).

Desse modo, o trabalho da Orientação Educacional deve:

[...] partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Pedagógico da Unidade Escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade (DISTRITO FEDERAL, 2015, P. 31).

A ação do(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional demanda características profissionais, entre as quais destacam-se:

- Escuta ativa para as questões da comunidade escolar.
- Capacidade de elaborar ações e projetos que favoreçam o desenvolvimento pessoal e social do estudante.
- Comunicação articulada com a rede interna e externa que favoreça possibilidades de atendimento e acompanhamento do estudante.
- Análise crítica da realidade na qual a escola está inserida.
- Desenvolvimento de pesquisa a partir das demandas.
- Responsabilidade/ética no recebimento das informações sigilosas inerentes ao estudante, à família e à escola.
- Capacidade de interlocução e articulação junto a todos os segmentos que compõem a escola.
- Domínio de conhecimento para intervir/mediar junto a situações de conflito.
- Capacidade de dialogar com as diversas faixas etárias.
- Habilidade para orientar pais e familiares em relação aos aspectos pessoais, relacionais, emocionais e sociais que interferem no desenvolvimento global do estudante.

Assim, o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional deve construir uma visão ampla de todo o trabalho desenvolvido na instituição educacional, conforme afirma Porto (2009, p.73): “O papel do Orientador na dimensão contextualizada diz respeito, basicamente, ao estudo da realidade do aluno, trazendo-a para dentro da escola, no sentido da melhor promoção ao seu desenvolvimento”.

O trabalho da Orientação Educacional reveste-se de grande importância, complexidade e responsabilidade para colaborar com o desenvolvimento integral do estudante em seu processo de aprendizagem. A inter-relação entre a instituição educacional e o sistema social promove um reflexo mútuo na consecução de ações realizadas entre ambos (LÜCK, 1999 *apud* PORTO, 2009).

3.1. CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DO(A) PEDAGOGO(A) - ORIENTADOR(A) EDUCACIONAL

A práxis da Orientação Educacional deve estar vinculada às questões pedagógicas e ao compromisso ético de contribuir para a construção de uma escola democrática, reflexiva e cidadã (BALESTRO, 2005), integrada aos outros espaços educativos presentes na comunidade na qual está estabelecida, conforme enfatizado neste documento e nas concepções da educação integral vigentes na Secretaria de Estado de Educação. Essa práxis exige competências em organização para que o processo educacional flua de forma clara, transparente e comprometida, consciente e integrada, considerando a realidade escolar, a modalidade e as etapas de ensino nas quais o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional atua.

Nessa perspectiva, a ficha profissiográfica da Orientação Educacional, publicada em 2013, determina que ao(à) Orientador(a) Educacional cabe:

Planejar, coordenar, implementar e avaliar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/institucionais, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes; atuar em todas as etapas/modalidades da Educação Básica para atender às necessidades dos estudantes, acompanhando e avaliando os processos educacionais, viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações

a ela vinculadas, participar de programas de desenvolvimento que envolvam conteúdos relativos à área de atuação ou neles atuar; executar outras atividades de interesse da área. (DISTRITO FEDERAL, 2013, P. 8)

3.1.1 NÍVEL CENTRAL

Vinculada à Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB-, a equipe da Orientação Educacional em nível central é formada por Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais e desenvolve ações que se caracterizam por:

- Direcionar e fortalecer a identidade da Orientação Educacional em seus aspectos técnico-pedagógicos.
- Coordenar, acompanhar e subsidiar as ações nos níveis intermediários e locais.
- Articular, junto ao Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) e com outras instituições educacionais, reconhecidas pela SEEDF, para a promoção de ações de educação continuada e capacitação para os(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais.
- Promover integração com outras instituições educacionais para intercâmbio de estudo, de pesquisa e de atuação pedagógica.
- Participar de formação continuada em espaços externos que oportunizem a busca pelo conhecimento e construção de saberes, conforme legislação vigente, visando à reflexão e ao fortalecimento da sua prática pedagógica.
- Emitir parecer técnico-pedagógico sobre assuntos relacionados à Orientação Educacional.
- Propor ações e elaborar documentos para o funcionamento da Orientação Educacional na rede, conforme a política da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e as necessidades da realidade local.
- Contribuir com o processo de planejamento dos projetos educacionais em todas as etapas e modalidades de ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
- Realizar reuniões com coordenadores(as) intermediários(as)

para orientações técnicas e pedagógicas e articulação das ações da Orientação Educacional.

- Acompanhar as Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Regionais de Educação Básica nas ações planejadas e executadas pelos(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais.
- Promover a intersetorialidade, articulando ações junto às Coordenações, Diretorias e Gerências vinculadas à SUBEB e demais Subsecretarias, além de promover a articulação com as diversas Secretarias de Estado, demais setores do governo e com entidades não governamentais.
- Propor e elaborar diretrizes para a implantação e implementação das políticas públicas relacionadas à Orientação Educacional.
- Acompanhar, em sua dimensão pedagógica, convênios, contratos, portarias conjuntas e termos de cooperação técnica para desenvolvimento das atividades relacionadas à Orientação Educacional.
- Coordenar e acompanhar a implantação e implementação do currículo da educação básica nas ações afetas à Orientação Educacional.

PARA SABER MAIS

- <http://www.goedf.blogspot.com.br/> (blog criado e mantido pela Gerência de Orientação Educacional).
- Estrutura da SEDF:
- Organograma Geral: <http://www.se.df.gov.br/sobre-a-secretaria/organograma.html>
- Organograma da SUBEB: <http://www.se.df.gov.br/organograma.html>
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF. Publicada no DODF 205, Seção 01, de 23 de outubro de 2015, p. 26-29.

3.1.2 NÍVEL INTERMEDIÁRIO

Em nível intermediário, há a equipe de coordenadores(as) intermediários(as) na Coordenação Regional de Ensino, formada por Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais, escolhidos democraticamente pelos seus pares que atuam nas Unidades Escolares, por meio de processo eleitoral. Dentre as ações desenvolvidas por essa equipe destacam-se:

- Elaborar e apresentar à Unidade Regional de Educação Básica o plano de ação integrado a ser executado no decorrer do ano letivo.
- Planejar, realizar, participar e subsidiar conjuntamente com os(as) orientadores(as) locais, semanalmente, encontros de articulação pedagógica da Orientação Educacional na Coordenação Regional de Ensino em que atua.
- Comunicar formalmente, de maneira sistemática, às direções das Unidades Escolares sobre os locais e o horário dos encontros de articulação pedagógica;
- Comparecer e participar das reuniões com o nível central.
- Participar do processo de planejamento, de execução e de avaliação das ações/atividades propostas pela equipe do nível central.
- Contribuir com a formação continuada do grupo de Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais, por meio de oficinas, palestras, cursos, dentre outros.
- Participar de formação continuada em espaços externos que oportunizem a busca pelo conhecimento e construção de saberes, conforme legislação vigente, visando à reflexão da prática pedagógica.
- Favorecer a comunicação entre o nível central e local.
- Promover reuniões coletivas e/ou individuais com gestores das instituições educacionais para esclarecimentos de dúvidas referentes aos aspectos técnico-pedagógicos da Orientação Educacional.
- Preencher e enviar ao nível central, sistematicamente, relatórios das atividades desenvolvidas nos encontros de articulação pedagógica com os(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais.

- Encaminhar mensalmente às Unidades Escolares registro da frequência dos(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais referente aos encontros de articulação pedagógica.
- Subsidiar as ações dos(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais locais, esclarecendo dúvidas e colaborando com o planejamento.
- Trabalhar em parceria com os demais setores da Coordenação Regional de Ensino e, em especial, com a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, com a Sala de Recursos e com o Ensino Especial, com a Educação Integral, com a Educação para a Diversidade e Direitos Humanos.
- Articular ações da Orientação Educacional nas etapas e modalidades da educação básica.
- Compor, articular e fortalecer a rede de proteção social.

3.1.2.1 Eleição do Coordenador Intermediário de Orientação Educacional:

- A eleição deverá ocorrer no início do ano letivo, devendo a data ser confirmada e publicizada pelo nível central de orientação educacional, com antecedência mínima de 2 (duas) semanas.
- O processo eleitoral deverá ser acompanhado e coordenado pela Unidade Regional de Educação Básica da Coordenação Regional de Ensino.
- Os candidatos deverão manifestar sua candidatura, preferencialmente, com prazo de uma semana de antecedência.
- A eleição deverá ser manifestada por cédula individual, em processo **secreto** e depositada em urna a ser lacrada na presença de todos os votantes. Após o término do depósito dos votos, inicia-se a contagem na presença de todos para garantir a transparência do processo. **Esta deverá ser feita mesmo em caso de candidato único**, sendo, nessa situação, o voto destinado a indicar se é a favor ou contra a eleição do candidato. Cumprido com os passos explicitados, o responsável pela Coordenação Regional de Ensino fará o anúncio do eleito.

- Registra-se todo o processo e o resultado da eleição em Ata de Reunião, com anotações referentes ao total do número de Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais lotados(as) na CRE, total de Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais presentes e a quantidade de votos de cada candidato, incluindo os votos brancos, nulos ou abstenções. Com a Ata devidamente assinada por todos, uma cópia deverá ser encaminhada ao Nível Central de Orientação Educacional no prazo de uma (1) semana.
- Caso haja desistência do eleito, em qualquer período, este deve (com a presença da Unidade Regional de Educação Básica), comunicar sua decisão (desistência) na coordenação coletiva de Orientação Educacional seguinte. Nesse caso, nova eleição será encaminhada pela CRE, seguindo os mesmos procedimentos descritos. O candidato deverá se manifestar nessa mesma reunião e a nova eleição deverá acontecer na coordenação coletiva de Orientação Educacional subsequente. Todo o processo deverá ser registrado em Ata com cópia a ser encaminhada ao Nível Central de Orientação Educacional no prazo de uma (1) semana após a eleição.
- O processo de eleição terá validade de um (1) ano.
- Cada Coordenador(a) poderá ser reeleito mais três vezes, podendo permanecer no cargo por um período total de quatro anos.

3.1.3 NÍVEL LOCAL

O(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante.

Para tanto, o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2015, Art. 128, p.32) define as seguintes atribuições ao pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional em nível local:

- I. Participar do processo de elaboração do Projeto Pedagógico – PP da unidade escolar.
- II. Elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades

de Orientação Educacional na unidade escolar.

III. Participar das coordenações pedagógicas coletivas na unidade escolar visando à organização do trabalho pedagógico.

IV. Planejar, implantar e implementar as ações da Orientação Educacional na unidade escolar.

V. Realizar ações integradas à comunidade escolar, considerando os Eixos Transversais do Currículo.

VI. Discutir, com a equipe e na equipe, o currículo e o processo ensino- aprendizagem ante à realidade socioeconômica do estudante.

VII. Analisar com a equipe pedagógica as contradições da unidade escolar e as diferentes relações que exercem influência na aprendizagem.

VIII. Contribuir para as melhorias do processo ensino-aprendizagem na unidade escolar.

IX. Estruturar o seu trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e econômica do contexto escolar.

X. Fundamentar sua ação na opção teórica do Currículo da Educação Básica.

XI. Contribuir na identificação e na reflexão, junto à comunidade escolar, dos fatores que interferem no processo ensino aprendizagem.

XII. Coordenar o processo de informação educacional e profissional sobre o mundo do trabalho auxiliando na elaboração do projeto de vida do estudante.

XIII. Supervisionar estágio na área de Orientação Educacional.

XIV. Participar da identificação e/ou encaminhamento de estudantes que apresentem dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

XV. Apoiar e subsidiar os órgãos colegiados, como Conselho escolar, Grêmio Estudantil, bem como, Associação de Pais e mestres e outros, ou parcerias que necessitem de ação articulada com a Orientação Educacional.

XVI. Articular ações em parceria com as redes sociais e outros setores da SEEDF.

XVII. Participar de programas de formação continuada com o objetivo de fomentar a práxis educativa.

XVIII. Elaborar e apresentar relatórios periódicos e fornecer dados dos resultados das ações da Orientação Educacional.

XIX. Emitir parecer técnico sobre assuntos de sua competência.

XX. Participar do processo de conhecimento da comunidade escolar, identificando suas potencialidades, seus interesses e suas necessidades.

XXI. Articular ações junto à EEAA e à Sala de Recursos na promoção de uma Educação Inclusiva a fim de contribuir para a superação de dificuldades de aprendizagem.

XXII. Desenvolver ações de mediação de conflitos, em parceria com a equipe gestora e a equipe pedagógica.

Destaca-se a importância da participação do(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional em formação continuada que oportunizem a busca pelo conhecimento e atualização na construção de saberes, em sua práxis pedagógica com as legislações vigentes.

O (a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional atua em todas as etapas e modalidades de ensino. As ações desse profissional são desenvolvidas, respeitando-se as especificidades de cada uma dessas modalidades e etapas e o contexto da Unidade Escolar no qual desenvolve suas atividades, de modo que é importante observar as diretrizes e os pressupostos referentes a elas.

É também característica do trabalho da Orientação Educacional nas unidades escolares, a abrangência de sua atuação, a qual perpassa seis eixos: ações de implantação/implementação da Orientação Educacional, ações institucionais, ações junto ao professor, ações junto ao estudante, ações junto às famílias e ações de articulação em rede.

Isto posto, optou-se neste documento por explicitar as ações do(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional em nível local, especificamente em cada uma das etapas e modalidades em que está presente, bem como nos seis eixos em que ele atua, que se encontram descritas nos itens a seguir.

4. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NAS DIFERENTES ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO

*Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma tua parte
vem a estas páginas
e não entres seu uso
aos que têm sede.*

Cora Coralina

As ações propostas a seguir foram fruto de Oficinas Temáticas desenvolvidas entre os anos de 2013 e 2014 pelo Nível Central de Orientação Educacional, em conjunto com a EAPE e com a participação das Coordenações da SUBEB. Além desses sujeitos, foram convidados(as) todos(as) Coordenadores(as) Intermediários(as) de Orientação Educacional e os(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais locais atuantes em cada uma das etapas e modalidades de ensino.

4.1. NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional que atua nessa etapa de ensino, segundo está explicitado no Currículo da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, s/dB, p. 31), deve considerar a perspectiva da integralidade, preconizando a criança como ser indivisível, único e inteiro; bem como, os eixos integradores do “trabalho educativo com os bebês e crianças pequenas: Educar e cuidar, brincar e interagir”.

As Diretrizes Curriculares da Educação Infantil destacam os princípios éticos, políticos e estético em que deve basear-se o trabalho em educação infantil:

Princípios éticos – “referem-se à valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades (...).

Princípios políticos - referem-se à garantia dos direitos de cidadania, o exercício da criticidade e do respeito à democracia. A criança, produtora e consumidora de cultura, é participante da vida social, modifica e é modificada pelas interações que estabelece com o outro, com a cultura e com o ambiente, por meio de múltiplas linguagens (...).

Princípios estéticos – referem-se à valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da pluralidade de manifestações artísticas e culturais”(…) (DISTRITO FEDERAL, s/db, p.29-30).

Como sugestão de temáticas consideradas na Educação Infantil, o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional pode desenvolver ações de:

- Adaptação ao ambiente escolar.
- Conhecimento do corpo, em seus aspectos psicomotor, sensorial, afetivo e emocional.
- Transição para a próxima etapa de ensino.
- Assessoria pedagógica ao corpo docente.
- Desenvolvimento de limites.
- Prevenção à violência e ao abuso sexual.
- Hábitos alimentares saudáveis.
- Questões familiares.
- Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial, da diversidade e dos direitos humanos.
- Outros temas que julgar, pedagogicamente, pertinentes.

O(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional deve, ainda, estar atento às questões que influenciam a infrequência e a evasão escolar, a partir delas, discutir no coletivo e trabalhar com os pais e responsáveis, assim como, atentar-se às demais situações ou desafios encontrados que interferem diretamente nos processos ensino-aprendizagem e na garantia dos direitos dos estudantes.

PARA SABER MAIS

- FREIRE, P. Professora Sim, Tia Não: Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D' Água, 1993.
- ALVES, F. Psicomotricidade: Corpo, ação e emoção. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.
- FREIRE, M. A Paixão de Conhecer o Mundo: relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- WINNICOTT, B. W. A Criança e o Seu Mundo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

4.2. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Os anos iniciais compreendem do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental sendo o nível de ensino com maior quantitativo de unidades escolares e de estudantes atendidos na rede pública de ensino do DF, sendo, por isso, prioritário em boa parte das políticas públicas voltadas para a área de educação.

Segundo o Currículo da Educação Básica da SEEDF,

A estrutura e organização dessa etapa da Educação Básica têm sido objeto de mudanças em busca de melhorias que promovam a qualidade social entendida para além do acesso do estudante à escola, assegurando, também, a sua permanência no processo escolar, por meio da democratização de saberes e da formação integral rumo à emancipação, ou seja, qualidade que se configura como questão de Direitos Humanos. (DISTRITO FEDERAL, s/dc, p.08)

Partindo desse pressuposto, a Orientação Educacional voltada para esse nível de ensino atua de forma bastante ampla e diversificada e tem como algumas das suas principais ações:

- Participar da elaboração e execução do Projeto Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.
- Fazer a escuta ativa não só dos estudantes, mas de todo o

corpo escolar.

- Atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violências no contexto escolar e na superação de preconceitos e discriminação.
- Ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como sexualidade e drogas, dentre outros.
- Contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, solidárias, por meio da educação para a Cultura de Paz, Mediação de Conflitos e projetos correlatos.
- Assessorar os processos ensino-aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola.
- Promover e participar de ações de adaptação ao novo contexto escolar, bem como da transição para a próxima etapa de ensino.
- Participar ativamente das reuniões coletivas e conselhos de classe, sensibilizando e auxiliando o funcionamento do Conselho de Classe Participativo.
- Contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam o processo educativo em parceria.
- Fazer parcerias e articulações com setores governamentais e/ou não governamentais de forma a atuar junto à rede social de apoio da sua localidade, visando a um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas e sociais das crianças e dos adolescentes.
- Colaborar no processo de ressignificação do papel da escola na trajetória de vida dos estudantes em distorção idade-ano.

PARA SABER MAIS

- **FANTE, C. Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Rio de Janeiro: Verus, 2005.**
- **FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.**
- **BARBIER, R. A Escuta Sensível na Abordagem Transversal. In. BARBOSA, Joaquim (coord.). Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998.**

4.3. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

Considerando as características da Educação Básica apresentadas no Caderno 3 do Currículo da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, s/dd), os estudantes que se encontram nos anos finais do Ensino Fundamental estão em uma fase do desenvolvimento que requer um cuidado específico por parte de todos os setores do poder público, no sentido de promover iniciativas e ações que reconheçam suas particularidades e que busquem alternativas para os seus desafios. Como etapa intermediária, está no centro de uma ruptura na lógica organizacional em relação à infância, o que exige um ponto de vista diferente para a comunidade escolar e seus estudantes, que repentinamente passam para uma nova etapa de vida e estrutura escolar.

A escola deve considerar, nessa etapa de ensino,

[...] ao estabelecer uma nova relação com o mundo que os cerca, os estudantes dos anos finais utilizam uma linguagem peculiar que reflete suas visões sobre o mundo sobre si mesmo. Inseridos em um mundo digital, seus processos de construção do conhecimento são muito mais dinâmicos, constituindo novas formas de interação com os outros, utilizando diferentes códigos para expressão e posicionamento frente ao mundo. (DISTRITO FEDERAL, s/dd, p. 15).

Partindo desse princípio, a Orientação Educacional voltada para esse nível de ensino atua de forma bastante ampla e diversificada e tem como algumas das suas principais ações:

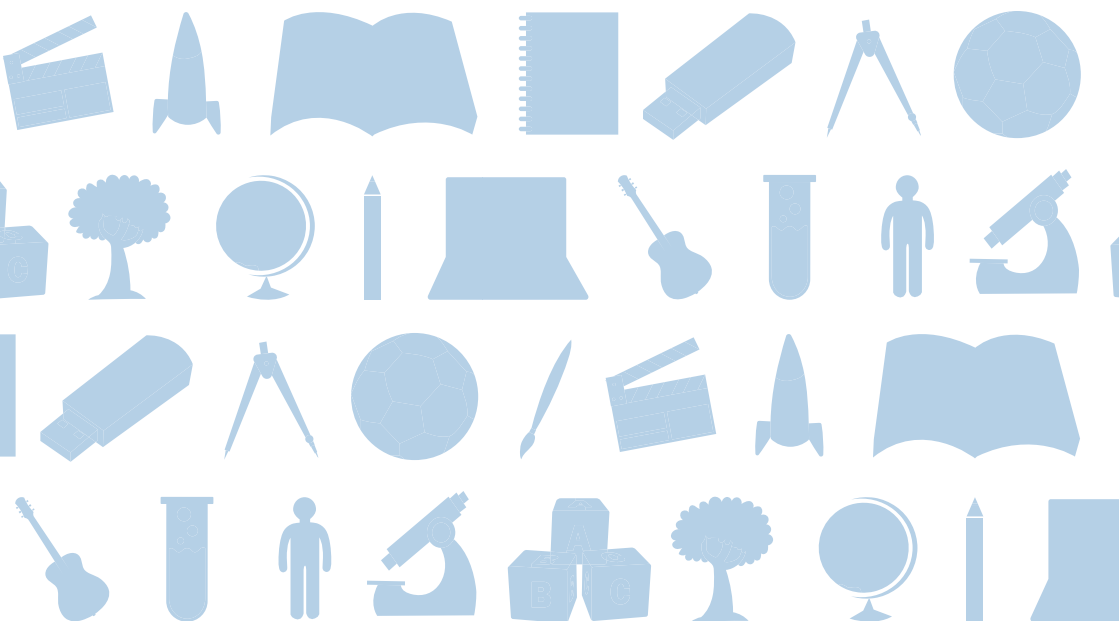
- Participar da elaboração e execução do Projeto Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.
- Fazer a escuta ativa, não só dos estudantes, mas de todo o corpo escolar.
- Atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violências no contexto escolar e na superação de preconceitos e discriminação.
- Ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como

sexualidade e drogas, dentre outros.

- Contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, solidárias, por meio da educação para a Cultura de Paz, Mediação de Conflitos e projetos correlatos.
- Assessorar os processos ensino-aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola.
- Desenvolver projetos que estimulem o entendimento e a participação política dos estudantes, o protagonismo juvenil, a consciência democrática e a vivência cidadã (criação do Grêmio Estudantil, eleição e acompanhamento do(s) representante(s) de turma(s) e Conselho de Classe Participativo).
- Promover e participar do processo de transição entre as etapas e modalidades.
- Participar ativamente das reuniões coletivas e dos conselhos de classe, sensibilizando e auxiliando o funcionamento do Conselho de Classe Participativo.
- Contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam do processo educativo em parceria.
- Fazer parcerias e articulações com setores governamentais e/ou não governamentais de forma a atuar junto à Rede Social de sua localidade, visando a um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas e sociais das crianças e dos adolescentes.
- Colaborar no processo de ressignificação do papel da escola na trajetória de vida dos estudantes em defasagem idade ano.

PARA SABER MAIS

- **Cartilha: Psicologia e Adolescência -**
- **<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>"<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>**
- **Cartilha: Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens -**
- **http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4992/participacao_cidada2015.pdf"http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4992/participacao_cidada2015.pdf.**
- **BRASIL. Adolescentes e Jovens para Educação entre pares: saúde e prevenção nas escolas. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.**
- **ABRAMOVAY, M. (coord.). Cotidiano das Escolas: entre violências. Brasília: UNESCO/MEC, 2006.**



4.4. ENSINO MÉDIO

Para essa etapa de ensino, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM-, segundo citado no Currículo da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, s/da) apresentam este documento como ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeados por relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioafetivas.

Nessa perspectiva, o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional deve conhecer, entender e considerar os eixos integradores previstos no *Currículo em Movimento da Educação Básica* e que perpassam os diversos conhecimentos, a ciência, a tecnologia, a cultura e o mundo do trabalho.

O(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional, ao considerar a organização curricular dessa etapa de ensino, precisa ter ciência que

os conteúdos das quatro áreas que compõem este currículo – linguagem, matemática, ciência da natureza e ciências humanas – devem ser trabalhados em dimensões que, ao mesmo tempo, sejam capazes de favorecer a construção do conhecimento escolar e científico e de promover a formação de cidadãos críticos na perspectiva dos multiletramentos, em razão da multiplicidade de linguagens e de culturas nas e das sociedades contemporâneas. A cidadania aqui referida é concebida na perspectiva de uma cidadania construída e não formalmente concedida. (DISTRITO FEDERAL, s/de, p. 21).

Além disso, o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional deve levar em consideração que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

apresenta atualmente duas formas de organização do Ensino Médio: a seriada, em regime anual e a organização escolar em semestres, com dois blocos de componentes curriculares, em regime anual.

Essa organização vem ao encontro de uma reformulação espaço-temporal do trabalho pedagógico e do currículo com vistas à funcionalidade e ao aproveitamento do tempo e do espaço da escola, o que melhora as condições de trabalho do professor e de aprendizagem dos estudantes e centrada no processo de aprendizagem, possibilita uma reconfiguração das relações com o conhecimento e das relações inter e intrapessoais, na medida em que amplia os horizontes interacionais entre estudantes e estudantes, professores e estudantes, gestores e estudantes, gestores e professores, escola e comunidade (DISTRITO FEDERAL, s/de, p. 26).

O público dessa etapa de ensino está atravessando a fase da adolescência/puberdade, com todas as suas características (transformações físicas, hormonais, comportamentais, emocionais), bem como suas necessidades sociais, culturais, cognitivas. Portanto, algumas sugestões para lidar nesta etapa, são:

- Participar da elaboração e execução do Projeto Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.
- Conhecer e apropriar-se da organização pedagógica e curricular da escola.
- Sensibilizar e informar coletivamente sobre a importância da implantação e do desenvolvimento do Conselho de Classe Participativo.
- Acolher, ouvir, aproximar-se e desenvolver uma relação de confiança com o estudante.
- Desenvolver atividades ou projetos que trabalhem o protagonismo juvenil, a cultura democrática, a vivência cidadã que favoreçam a transformação da realidade.
- Atentar às questões sociais e do mundo do trabalho, bem como às formas de acessibilidade ao Ensino Superior e à Educação Profissional.
- Fazer parcerias e articulações com setores governamentais ou não governamentais de forma a atuar junto à rede de proteção social de sua localidade, visando a um atendimento

mais completo das necessidades pedagógicas, físicas, sociais dos adolescentes.

- Assessorar os processos ensino-aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola.
- Contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam o processo educativo em parceria.
- Colaborar no processo de ressignificação do papel da escola na trajetória de vida dos estudantes em defasagem idade ano.

PARA SABER MAIS

- Estatuto da Juventude - HYPERLINK “https://issuu.com/participatorio/docs/estatuto_da_juventude_-_portugu__s_/1?e=12152407/10627919”https://issuu.com/participatorio/docs/estatuto_da_juventude_-_portugu__s_/1?e=12152407/10627919
- DISTRITO FEDERAL. Adolescentes: pensando juntos. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde, 2006.
- BOCK, S. D. Orientação Profissional: A abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

4.5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica que atende aos jovens, adultos e idosos, prioritariamente da classe trabalhadora que, ao longo de sua vida, interromperam ou sequer tiveram oportunidade de iniciar sua trajetória escolar.

Essas pessoas, sujeitos de saberes constituídos nas experiências vividas/vivas, encontram-se à margem do acesso aos bens culturais, sociais, econômicos e de direitos. Pelos mais variados

motivos, o retorno para a escola constituiu uma possibilidade de aquisição de conhecimento formal com vistas à elevação da escolarização, possibilidade de ascensão social e econômica ou à retomada de sonhos e projetos pessoais e coletivos interrompidos no passado (DISTRITO FEDERAL, s/df, p. 09).

Além da perspectiva apresentada, o Currículo da Educação Básica do Distrito Federal, em seu caderno referente à Educação de Jovens e Adultos, preconiza que o(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional deve entender que:

[...] a educação tem a finalidade de tocar no mais íntimo da pessoa, reconhecendo-a essencialmente em sua humanidade. Por isso, o saber não está dissociado dessa condição humana, na qual o reconhecimento da subjetividade e da realidade social são partes do processo educativo dos jovens e adultos. Sobre essa relação entre o conhecimento e a subjetividade humana que repercute no processo de aprendizagem dos sujeitos da EJA. (DISTRITO FEDERAL, s/df, p. 20)

E, nesse sentido, REIS (2000) afirma “o sujeito se reconhece a si mesmo, ao ser reconhecido pelo outro e com isso torna-se sujeito a si e ao outro. Sujeitos de poderes, saberes, sentimentos, entre tantos outros qualitativos que poderiam ser estabelecidos” (p. 234) tornando possível resgatar a autoestima, a afetividade, o reconhecimento e o respeito mútuo entre os envolvidos no processo.

Ao trabalhar com essa clientela, o(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional, além das questões curriculares, pressupostos teóricos, histórico da EJA e demais ações constantes nesta Orientação Pedagógica, precisa estar atento também aos eixos integradores, considerados no Currículo da Educação Básica da EJA do DF, que são: **cultura, trabalho e tecnologia** (DISTRITO FEDERAL, s/df, p. 23).

Durante a Oficina Temática com Pedagogos(as) – Orientadores(as) Educacionais que atuam na EJA, que visou discutir e elencar especificidades de atuação da Orientação Educacional nessa modalidade de ensino foram priorizadas

as seguintes ações:

- Participar da elaboração e execução do Projeto Político e de ações construídas coletivamente, integrando-as aos projetos da OE.
- Desenvolver atividades que trabalhem hábitos de estudos e autoconhecimento.
- Apresentar a Orientação Educacional aos estudantes e professores.
- Valorizar os espaços das coordenações coletivas na Unidade Escolar, bem como nos encontros de articulação pedagógica dos Orientadores Educacionais, com discussões de documentações, estudos, reflexões e outras atividades pertinentes à EJA.
- Desenvolver atividades ou projetos que trabalhem o protagonismo do estudante da EJA, a cultura democrática, a vivência cidadã e favoreçam a transformação da realidade.
- Estabelecer parcerias para trabalhar temas do interesse dos estudantes.
- Sugerir diálogo com universidades para desenvolver parceria, tendo em vista a formação continuada e o aprofundamento nos estudos referentes à informação profissional, bem como às formas de acessibilidade ao Ensino Superior e à Educação Profissional.
- Sensibilizar os estudantes trabalhadores sobre o mundo do trabalho e quanto à importância do desenvolvimento da consciência sociopolítica.
- Desenvolver ações articuladas com os outros segmentos e projetos da escola.
- Considerar os espaços fora da sala de aula e da escola como espaços de formação e de desenvolvimento pedagógico.
- Fazer parcerias e articulações com setores governamentais ou não governamentais de forma a atuar junto à rede de proteção social de sua localidade, visando a um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas, sociais dos adolescentes.
- Assessorar os processos ensino-aprendizagem em parceria

com os profissionais da organização pedagógica da escola.

- Garantir coletivamente a identidade, os espaços e as especificidades do perfil dos estudantes da EJA, assim como suas necessidades e repensar preconceitos, representações e imagens desses estudantes.

PARA SABER MAIS

- **Vídeo “Vida Maria”.** Disponível em **HYPERLINK** “<http://www.youtube.com/>”**www.youtube.com** (**HYPERLINK**“https://www.youtube.com/watch?v=Bs87_NQTM0M”**https://www.youtube.com/watch?v=Bs87_NQTM0M**). Acesso em 25/02/2016.
- **Sobre o Fórum de Educação de Jovens e Adultos no DF.** Disponível em: **HYPERLINK** “<http://www.forumeja.org/>”**www.forumeja.org.br** (**HYPERLINK** “<http://www.forumeja.org.br/df>”**www.forumeja.org.br/df**). Acesso em 25/02/2016.
- **TELES, L. CASTIANI, R. REIS, R.H. PROEJA – Transiarate: Construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores.** Brasília: Verbená Editora, 2012.
- **REIS, Renato Hilário dos. A Constituição do Ser Humano. Amor – poder – saber na educação/alfabetização de jovens e adultos.** Autores Associados, 2011.



4.6. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

As concepções apresentadas e defendidas pela SEEDF vão ao encontro dos ideais de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que entendem que a

Educação Integral é aquela que não se limita ao aspecto quantitativo do aumento do tempo de permanência do estudante na escola, mas, sobretudo, proporcionar qualitativamente tempos e espaços maiores e melhores. (DISTRITO FEDERAL, s/de, p. 10).

O entendimento da SEEDF quanto à Educação Integral parte do princípio de que é necessário formar o ser humano em sua integralidade e para sua emancipação, ampliando espaços, tempos e oportunidades educacionais, respeitando suas múltiplas dimensões, de maneira a atender suas necessidades educativas durante o processo formativo construído a partir da interação entre escola e comunidade.

Nas escolas que optam por ampliar a jornada escolar, a atuação do(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional mantém como foco o estudante, trabalhando em conjunto com os diversos setores educativos da Unidade Escolar, “visando ao desenvolvimento integral, ampliando suas possibilidades de interagir no meio escolar e social, como ser autônomo, crítico e participativo” (DISTRITO FEDERAL, 2010, p.32), considerando os princípios da Educação Integral em Tempo Integral de integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização, trabalho em rede e convivência escolar, conforme descritos nos Pressupostos Teóricos do Currículo da SEEDF

“**Integralidade** é um princípio que busca dar a devida atenção a todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais; ou seja, a integralidade vai além do aumento do tempo do estudante na Unidade Escolar, já que se deve levar em consideração que o processo formativo acontece ao longo da vida de uma pessoa, e que

a escola contribui com a formação humana 'por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas'. Nessa direção, este é, provavelmente, o princípio que mais desafia o 'fazer educação' na Unidade Escolar, uma vez que propõe agregar à formação do estudante aspectos que preveem a valorização do potencial cognitivo e intelectual.

Intersectorialidade: assegura políticas públicas de diferentes campos, a fim de 'potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação'.

Transversalidade: busca pôr em prática a 'concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos estudantes e da comunidade'.

Diálogo escola-comunidade: procura 'legitimar os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida, pensando na Unidade Escolar com abertura para resgatar tradições e culturas populares'.

Territorialização: o propósito é ultrapassar os muros das escolas fazendo parcerias com a comunidade para a 'criação de projetos socioculturais significativos e para o melhor aproveitamento das possibilidades educativas'.

Trabalho em rede e convivência escolar: 'todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens.' Afinal, 'o estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando'." (DISTRITO FEDERAL, s/da, p.28-30)

Nas unidades escolares que ofertam Educação Integral em jornada de tempo integral, além das ações específicas de cada etapa e modalidade, já explicitadas nesta Orientação Pedagógica, o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional deve atentar-se ainda à relevância da análise do perfil dos estudantes a serem

contemplados com esse atendimento, bem como o impacto dessa ampliação da carga horária escolar na vida do estudante, tendo em vista particularidades pessoais e contextuais.

A partir dessa análise, sugerir, contribuir e/ou articular, em parceria com coordenador na Unidade Escolar, adaptação na rotina, estrutura e organização pedagógica visando à superação de situações problema-desafio.

PARA SABER MAIS

- **DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral, 2018.**
- **GADOTTI, M. Educação Integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.**
- **Manual de Orientações e Instruções Operacionais. Disponível em:**
- **Educação Integral.mec.gov.br (http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/documentos/IO_SCFV_PME.pdf). Acesso em 26/02/2016.**
- **Blog da Educação Integral no DF. Disponível em: integraldf.blogspot.com (**HYPERLINK** “<http://integraldf.blogspot.com.br/p/documentos.html>”<http://integraldf.blogspot.com.br/p/documentos.html>). Acesso em 26/02/2016.**
- **MOLL, J. et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.**

4.7. ESCOLAS PARQUE

As Escolas Parque foram pensadas por Anísio Teixeira, à época da fundação de Brasília, com o ideal de formação do “novo homem”, consciente, capaz de integrar-se socialmente no mundo moderno, tão impessoal e racionalizado. Essas escolas seriam integradas à comunidade, por meio da cultura, partindo do princípio que a educação estende-se para fora da própria escola, sendo o centro educativo da comunidade. Na Escola Parque, o aluno teria

a oportunidade de escolha de oficinas e poderia experimentar, produzir e desenvolver projeto de trabalho que atendesse aos seus anseios. Assim, foi fundada a primeira Escola Parque, na quadra 308 Sul, em 1960.

Atualmente, a Escola Parque oferece atividades artísticas (Música, Dança, Teatro e Artes Visuais/Plásticas), de cultura corporal (Educação Física) e de recreação (jogos, gincanas, apresentações, campeonatos, exposições, entre outras) para estudantes do ensino fundamental (educação infantil, séries/anos iniciais e séries/anos finais) e atividades de iniciação ao trabalho. Em alguns casos, tais atividades acontecem no contraturno escolar, atendendo, desta forma, à demanda da escola em tempo integral.

Por meio de um espaço democrático e com objetivo de formar cidadãos críticos e participativos, o atendimento visa ao desenvolvimento integral do estudante.

Em muitos momentos, a Orientação Educacional não esteve presente no contexto das Escolas Parque, o que passou a ser garantido com a modulação desse profissional publicada pela primeira vez na Portaria nº 32, de 4 de fevereiro de 2013 e reafirmada em Portaria de Modulação e Atuação dos Profissionais da Carreira Magistério, publicada anualmente pela SEEDF. Considerando esse marco e as particularidades desses espaços, as ações dos(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais nessas escolas envolvem:

- Participar da elaboração e execução do Projeto Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.
- Implantar e implementar a Orientação Educacional nas Escolas Parque.
- Planejar, conjuntamente com as escolas de origem do estudante e demais setores da Escola Parque, a enturmação ou o agrupamento dos estudantes nas turmas.
- Levantar as demandas da escola de origem e auxiliar na priorização das atividades pedagógicas.
- Repensar as práticas avaliativas junto ao corpo docente.
- Estabelecer estratégias de comunicação e informação ativas e atualizadas com a comunidade escolar.

- Mediar conflitos de ordem estrutural, cultural e relacional, com os docentes, a direção e os estudantes.
- Colaborar na adaptação dos estudantes à dinâmica pedagógica da Escola Parque.
- Promover espaços de participação nos quais os estudantes possam refletir, falar, discutir e decidir sobre as questões da própria escola.
- Acolher as famílias no processo de compreensão e adaptação às especificidades da dinâmica pedagógica da Escola Parque.
- Buscar parcerias e formular encaminhamentos visando à articulação de rede.

PARA SABER MAIS

- **TEIXEIRA, A. Plano de Construções Escolares de Brasília. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. XXXV; Janeiro – março, 1961, N° 81. MEC/INEP.**
- **PEREIRA, E. W. (Org.). Nas Asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011.**
- **BARBOSA, A. M. Teoria e Prática da Educação Artística. São Paulo: Cultrix, 1995.**

4.8. CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS

O primeiro Centro Interescolar de Línguas – CIL- foi fundado em 1975, por iniciativa da professora Nilce do Val Galante, com uma proposta inovadora de ensino de Língua Estrangeira Moderna (LEM), que previa a redução de estudantes por turma, material didático adequado e currículo que levasse em conta o desenvolvimento de habilidades na formação de falantes de outra língua: compreensão oral, produção oral, leitura e escrita.

Atualmente, a SEEDF conta com onze CIL, distribuídos em dez CRE (Plano Piloto e Cruzeiro, Gama, Guará, Brazlândia, Sobradinho, Ceilândia, Taguatinga, Recanto das Emas, Planaltina

e Santa Maria), os quais atendem parte da crescente demanda por aprendizagem de LEM dos estudantes da rede pública de ensino.

Nesse contexto, faz parte das atribuições dos(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais, junto à comunidade escolar:

- Participar da elaboração e execução do Projeto Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.
- Participar do processo de avaliação institucional do CIL, da elaboração do(s) instrumento(s) de avaliação e da tabulação de dados.
- Participar da organização das estruturas dos diversos setores dos CIL.
- Atuar, junto a outros profissionais, nos estudos de casos, a fim de auxiliar os estudantes no processo de aprendizagem e desenvolvimento.
- Participar da implantação de sala de recurso, caso necessário, bem como do desenvolvimento de ações conjuntas com os profissionais desse serviço.
- Viabilizar o contato de estudantes com empresas e órgãos que ofereçam vagas de estágio ou emprego a jovens que possuam conhecimento de línguas estrangeiras.
- Divulgar e orientar os estudantes quanto a programas de intercâmbio de idiomas, em especial, os programas públicos.
- Estabelecer contato com os responsáveis dos estudantes, com o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional e demais profissionais da escola de origem, para troca de informações e/ou atuações conjuntas.
- Orientar os estudantes quanto à organização dos estudos, adequando-os às especificidades do aprendizado de idiomas.
- Orientar, pesquisar e colaborar no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e atualizadas para o ensino de idiomas, em parceria com a equipe pedagógica e com o corpo docente, podendo utilizar as coordenações coletivas ou outros espaços pedagógicos coletivos similares.
- Participar da elaboração e execução do PPP e de ações

construídas coletivamente, integrando-as aos projetos do SOE.

- Participar, com a equipe pedagógica e com os docentes, de estratégias adequadas e eficientes de ensino-aprendizagem e de acompanhamento e avaliação de estudantes com necessidades especiais.

PARA SABER MAIS

- **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira.** Disponível em: http://WWW.portal.mec.gov.br/www.portal.mec.gov.br/portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf. Acesso em: 09/03/2016.

4.9. EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Caderno de Educação Especial do Currículo da Educação Básica do Distrito Federal apresenta a Educação Especial como uma modalidade escolar de natureza complexa, oferecida às pessoas com necessidades educacionais especiais em todos os níveis escolares e demais modalidades que estruturam a oferta educacional no Estado brasileiro.

As políticas públicas para essa modalidade de ensino são pensadas na perspectiva do paradigma de inclusão social, segundo a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência.

O Currículo assegura educação especial aos estudantes que apresentem:

(...) deficiência intelectual/mental, sensorial (auditiva, visual e surdocegueira), deficiências múltiplas e físicas, transtornos globais de desenvolvimento (autismo, autismo atípico, transtorno de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger) e estudantes com altas habilidades/superdotação. (DISTRITO FEDERAL, s/dg, p. 23).

Nessa perspectiva, os conteúdos devem ser dinâmicos, flexíveis, acessíveis e passíveis de ampliação ou adequação, ou

seja, compatível com as diversas necessidades dos estudantes e, por isso mesmo, capaz de atender a todos, respeitando e valorizando a diversidade.

Considerando ainda a questão curricular, o(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional, como um educador que lida com a educação especial, deve considerar que, de acordo com a Resolução nº 01 de 11 de setembro de 2012, do Conselho de Educação do Distrito Federal, para atender às necessidades educacionais dos estudantes, é fundamental a contínua revisão e adequação curricular e pedagógica, observando-se os seguintes aspectos:

I – Introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do estudante.

II – Modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução dos métodos.

III – Flexibilização da carga horária e da temporalidade, para desenvolvimento dos conteúdos e realização das atividades.

IV – Avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional, respeitada a frequência obrigatória. (Distrito Federal, 2012)

Desta forma, a flexibilidade curricular faz-se necessária, porque no contexto da educação inclusiva não é possível:

“trabalhar com normas pedagógicas de aplicação universal e impessoal em que todos os estudantes, independentemente de seus interesses, necessidades e aptidões, experiência escolar e rendimento acadêmico em diversas disciplinas, terão de se sujeitar simultaneamente às mesmas disciplinas durante o mesmo período de tempo escolar” (FORMOSINHO; MACHADO, 2008, p. 16).

Vale destacar que a Educação Especial/Inclusão está presente em todas as etapas e modalidades de ensino no âmbito da SEEDF, mas as seguintes ações foram sugeridas para o(a) Pedagogo(a)–Orientador(a) Educacional atuante em Centro de Ensino Especial:

- Participar da elaboração e execução do Projeto Pedagógico e

de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.

- Observar as turmas.
- Assessorar os processos de ensino-aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola.
- Realizar encaminhamentos para serviços externos e, muitas vezes, acompanhar o estudante aos respectivos serviços.
- Fazer trabalho articulado em rede, inclusive firmando parcerias para melhor atendimento das especificidades do corpo discente, tais como articulação com os Centros Olímpicos.
- Atuar em brincadeiras e jogos com intencionalidade pedagógica e formativa.
- Mediar conflitos de ordem estrutural, cultural e relacional, junto à comunidade escolar.
- Participar da Educação Precoce.
- Acolher e orientar as famílias, por meio de oficinas variadas, e aprofundar sua participação nas atividades escolares.
- Realizar a escuta ativa dos estudantes.
- Participar de eventos na unidade escolar, nas coordenações pedagógicas e nos Conselhos de Classe.
- Promover oficinas de primeiros-socorros para os professores.
- Elaborar projetos voltados para higienização, atenção, concentração e autoconhecimento.
- Fortalecer a parceria com o Programa Saúde do Estudante - PSE.

PARA SABER MAIS

- **COMO ESTRELAS NA TERRA: toda criança é especial.** Direção de Aamir Khan. Índia: Aamir Khan Productions, 2007. son. color. Legendado.
- **GABY, UMA HISTÓRIA VERDADEIRA.** Direção de L. Mandoki. EUA/México: Tristar pictures, 1987. son. color. Legendado.
- **UNESCO. Declaração de Salamanca: necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.
- **SACKS, O. W. Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

4.10. EDUCAÇÃO DO CAMPO

As escolas do e no campo são aquelas situadas em espaços de agricultura, agropecuária, florestas. No entanto, é importante ressaltar que o *status* de escola do campo não se dá apenas pela localização em que está inserida, mas considera todo o contexto priorizando o trabalho, terra, cultura, história, vivências de opressão, conhecimento popular, organização coletiva e luta social do campo.

Segundo o currículo da SEEDF,

A principal luta da Educação do Campo tem sido no sentido de garantir o direito de uma educação no e do campo, isto é, assegurar que as pessoas sejam educadas no lugar onde vivem e sendo partícipes do processo de construção de sua própria história, cultura e necessidades. (DISTRITO FEDERAL, s/da, p. 44).

O currículo sugere que se faça um inventário contendo as lutas da comunidade e as principais contradições vivenciadas naquele cotidiano, as formas de gestão e organizações dentro e fora da escola, fontes educativas disponíveis na localidade e as formas de trabalho socialmente relevantes.

... propõe que as escolas considerem o seguinte caminho:

1. Realizar um conjunto de inventários sobre a realidade atual, com o objetivo de identificar as fontes educativas do meio. Como a vida não é a mesma em todo lugar, os inventários precisam ser elaborados por cada escola, convertendo-a, assim, “em uma pequena instituição que pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno, sua realidade atual, apropriando-se, portanto, de sua materialidade, da vida, da prática social” (FREITAS, 2010).

2. O inventário deve identificar as lutas sociais e as principais contradições vivenciadas na vida local, nacional e mundial; as formas de organização e de gestão dentro e fora da escola

em nível local, nacional e mundial; as fontes educativas disponíveis na vida local, no meio, de caráter natural, histórico, social e cultural, incluindo a identificação das variadas agências educativas existentes no meio social local; as formas de trabalho socialmente úteis. (DISTRITO FEDERAL, s/da, p. 49).

Posto isto, além das ações referentes à etapa de Ensino na qual está inserida de acordo com as sugestões já feitas nesta OP, o papel do(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional nas escolas do e no Campo passa pela valorização desse espaço, com suas especificidades. Assim, na organização do trabalho pedagógico desse profissional, torna-se relevante a valorização dos saberes, da memória coletiva na perspectiva de construção futura e as possibilidades de construção coletiva junto aos sujeitos e seus processos formadores.

PARA SABER MAIS

- **ARROYO, Miguel; CALDART, Salete Roseli; MOLINA, Mônica (Orgs).** Por uma educação do campo . 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- **BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI.** Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.
- **BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R.** Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, L. Adriana; BUTTO, Andrea. Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. (Orgs). Brasília: MDA, 2008.
- **CALDART, Salete Roseli et al (Orgs).** Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- **CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares.** A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- **MOLINA, Mônica; FREITAS, Helana Célia de Abreu (Orgs.).** Educação do Campo. Em Aberto, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011.

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA UNIDADE ESCOLAR

*Há um tempo em que é preciso
abandonar as roupas usadas
Que já têm a forma do nosso corpo
E esquecer os nossos caminhos que
nos levam sempre aos mesmos lugares
É o tempo da travessia
E se não ousarmos fazê-la
Teremos ficado para sempre
À margem de nós mesmos*

Fernando Pessoa

O currículo das escolas públicas do Distrito Federal aponta para uma estrutura, na qual teoria e prática pedagógica são comprometidas com a aprendizagem e com o desenvolvimento humano, tendo em vista a transformação social.

A organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional deve, portanto, estar voltada a esse objetivo, ou seja, a transformação social, com estratégias e ações que colaborem e favoreçam a educação para e pelos direitos humanos, pela diversidade, pela sustentabilidade, com vistas a uma educação integral.

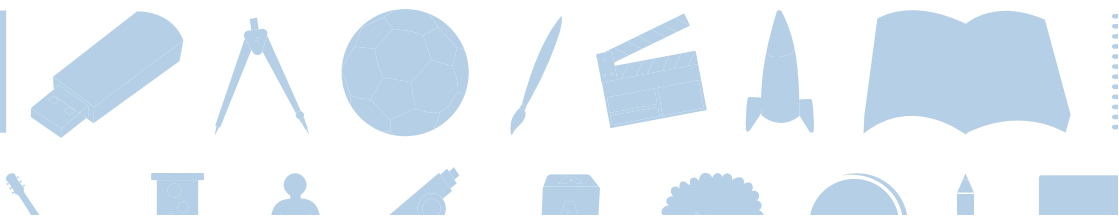
Diante desses pressupostos, destaca-se a relevância da ação pedagógica da Orientação Educacional desenvolver-se de forma contextualizada, integrada ao Projeto Pedagógico, articulada e prioritariamente coletiva, buscando sempre, a partir de uma análise da realidade, o envolvimento de outros em um diálogo problematizador para tomada de decisão e compromissos compartilhados.

Na realização desse trabalho, é essencial que a práxis do(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional esteja ancorada na:

[...] capacidade de discutir com a equipe e na equipe, o currículo e o processo ensino-aprendizagem frente à realidade socioeconômica do educando; analisar com a equipe as contradições da escola e as diferentes relações que exerçam influência na aprendizagem; contribuir para as melhorias do ensino e das condições de aprendizagem na escola; estruturar o seu trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e econômica do país; fundamentar cientificamente sua ação, buscando novas teorias a partir de sua prática (GRISPUN, 1998 *apud* PORTO, 2009, p. 73).

Com o enfoque na garantia da articulação com diversos sujeitos da comunidade escolar, o trabalho da Orientação Educacional está organizado em seis grandes categorias de ação, conforme as especificidades de objetivos, estratégias e procedimentos. São ações de implantação da Orientação Educacional, ações institucionais, junto ao professor, ao estudante, às famílias e em rede, as quais se complementam e se integram em sua práxis e no processo pedagógico de aprendizagem e desenvolvimento realizado na escola.

Em 2012, teve início o processo de “revisitar” a Orientação Pedagógica - OP – publicada em 2010. À época, foi feita uma comissão, subdividida em grupos para pensar, discutir e propor estratégias, ações e procedimentos a partir de cada uma das categorias constantes naquela OP. A seguir, esse documento detalha cada tipo de ação em suas especificidades, como fruto das discussões dessa comissão. É importante ressaltar que a descrição busca orientar a organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional sem, contudo, esgotar as suas possibilidades de atuação.



Quadro 1 – Eixos /Ações para a implantação da Orientação Educacional

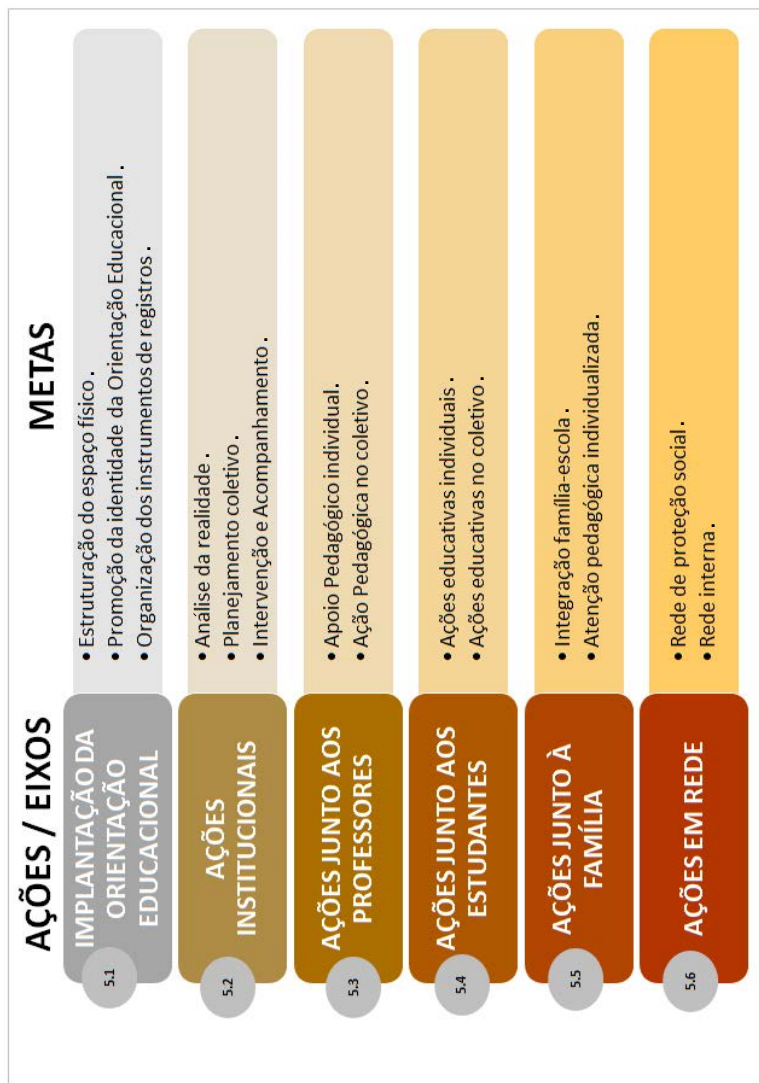


Tabela 1: Metas, Estratégias e Procedimentos do Eixo de Implantação da Orientação Educacional.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
Estruturação do espaço físico.	Organizar o espaço físico.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação da sala da Orientação Educacional. • Organização dos equipamentos, material de expediente e mobiliário apropriado para arquivamento dos registros de atendimentos.
Organização dos instrumentos de registros.	Elaborar formulários, instrumentos de registros e rotina de arquivamento.	<p>Sugere-se a utilização dos seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agenda Semanal das Atividades. • Livro Ata da Orientação Educacional. • Caderno de protocolo. • Registro de acompanhamento individual e coletivo. • Registro do planejamento a partir do Plano de Ação da Orientação Educacional. • Ficha de encaminhamentos externos e outras elaboradas e atribuídas a ação do(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional (Fichas 13, 19). • Solicitação de comparecimento do Responsável à Unidade Escolar. • Termo de Compromisso direcionado aos pais e/ou estudante. • Registro do Conselho de Classe. • Instrumento para perfil de turma. • Rotina de arquivamento dos relatórios produzidos pela Orientação Educacional e de documentos que devam constar na pasta do estudante na Secretaria Escolar. • Criação e manutenção de arquivos para registro de atendimento realizado junto ao estudante, professor, equipe pedagógica, direção e família.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
Organização dos instrumentos de registros.	<p>Estudar e consultar documentos que respaldam a ação pedagógica do(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional.</p> <p>Analisar documentos legais da educação e diretrizes pedagógicas (Regimento Escolar, ECA, LDB, Resoluções da CNE, Portarias vigentes da SEEDF), Lei Maria da Penha, Educação das Relações Étnico-Raciais (Lei 9.394/96) dentre outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa, leitura e estudo de documentos oficiais, garantindo momentos de estudo na agenda semanal de trabalho.
Promoção da identidade do trabalho da Orientação Educacional.	<p>Estabelecer comunicação ativa e atualizada com a comunidade escolar a respeito das ações da Orientação Educacional.</p> <p>Apresentar a Orientação Educacional à comunidade escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação das políticas públicas da educação a partir da prática pedagógica da Orientação Educacional. • Divulgação junto à comunidade das legislações pertinentes à garantia e proteção dos seus direitos, bem como ao exercício de seus deveres e responsabilidades. • Divulgação do Plano de Ação. • Produção de murais, cartazes, bilhetes, informativos, dentre outros materiais e suportes, com orientações de acordo com as temáticas demandadas pela comunidade ou com projetos desenvolvidos a partir da identificação de situações-problema/desafios. • Divulgação dos resultados das ações da Orientação Educacional, semestralmente, nos momentos de avaliação institucional ou de acordo com a necessidade de cada realidade escolar. • Apresentação das atribuições, do papel, das perspectivas da Orientação Educacional e como podem recorrer a esse profissional. • Proposição de ações específicas a cada etapa ou modalidade de ensino para apresentação do trabalho da Orientação Educacional utilizando metodologia diversificada.

Fonte: Autores e Colaboradores.

5.2. Ações Institucionais

As ações institucionais concentram-se em atividades realizadas para contribuir com a articulação da comunidade escolar, na elaboração e na implementação do Projeto Pedagógico PP - e da Avaliação Institucional. Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico se dará atendendo às ações prioritárias elencadas coletivamente, integrando-as em um plano de ação anual e vinculado ao PP. Com essa finalidade, as ações são desenvolvidas estrategicamente em Análise da Realidade, Planejamento Coletivo, Intervenção e Acompanhamento de forma que o processo de aprendizagem e desenvolvimento na escola sejam contextualizados e articulados coletivamente, conforme demonstra o Quadro 2, a seguir:

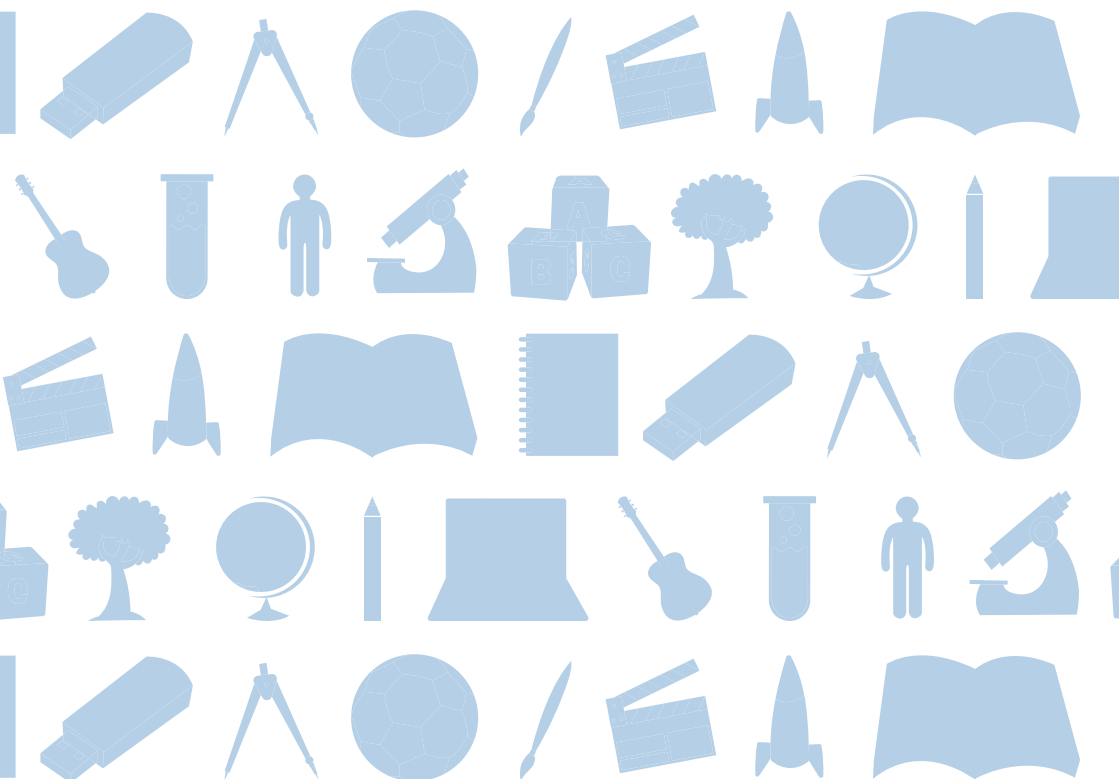


Tabela 2: Metas, Estratégias e Procedimentos do Eixo de Ações Institucionais da Orientação Educacional.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Análise da realidade.</p>	<p>Proceder o mapeamento institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento do histórico da unidade escolar. • Conhecimento do perfil da comunidade e a demanda da escola a ser acompanhada pela Orientação Educacional. • Participação na elaboração do Projeto Pedagógico, fortalecendo a construção e execução dos projetos. • Conhecimento dos projetos em andamento. • Conhecimento do quantitativo de turmas ofertadas. • Solicitação, junto à Secretaria Escolar, da lista atualizada de estudantes por turma. • Realização coletiva do levantamento das situações-problema/desafios que necessitam de intervenção pedagógica. • Conhecimento do quadro funcional.
	<p>Sistematizar os dados escolares para organizar o trabalho a ser realizado na Instituição Educacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise coletiva das informações e dados coletados no mapeamento institucional. • Colaboração na análise de indicadores de aproveitamento, evasão, repetência e infrequência.
<p>Planejamento Coletivo.</p>	<p>Participar na construção coletiva da Proposta Pedagógica (PP).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização e auxílio para a articulação e participação da comunidade escolar na elaboração do PP. • Composição da equipe de organização do processo de elaboração do PP. • Participação na elaboração e execução do PP e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional. • Busca de orientações norteadoras para a elaboração do PP.

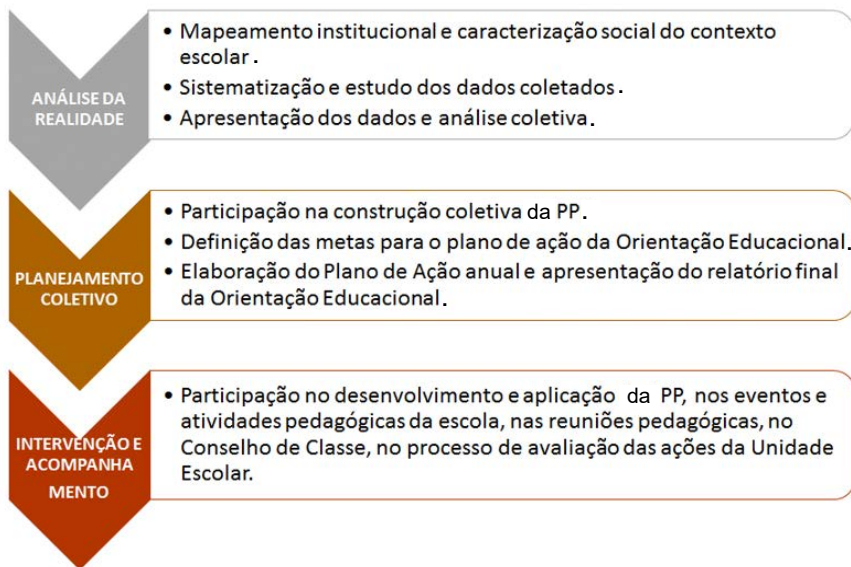
METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Planejamento Coletivo.</p>	<p>Elaborar o Plano de Ação Anual da Orientação Educacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definição das metas para o Plano de Ação de acordo com as demandas do PP. • Planejamento das ações de forma articulada e coletiva para auxiliar na superação das situações-problema/desafios identificadas na análise e interpretação dos dados da realidade escolar. • Referendo do plano de ação junto à comunidade escolar. • Avaliação dos resultados para possíveis adaptações no plano de ação inicial. • Elaboração do relatório anual da Orientação Educacional.
	<p>Articular ações e projetos com o Nível Central da Orientação Educacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação e contribuição nas atividades sugeridas e/ou solicitadas pelo Nível Central de Orientação Educacional. • Encaminhamento das documentações solicitadas ao Nível Central de Orientação Educacional para coleta de dados, informações e acompanhamento da atuação do(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional em instância intermediária e local.
<p>Intervenção e acompanhamento.</p>	<p>Contribuir com a promoção, garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, adultos e idosos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização e promoção do conhecimento das normativas constantes no Regimento Escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal, bem como leis que versam sobre crianças, adolescentes, adultos e idosos. • Contribuição com a equipe gestora nos encaminhamentos e nas ações que envolvam diretrizes e legislações pertinentes à defesa dos direitos dos estudantes e de suas famílias. • Colaboração na ação-reflexão-ação das diretrizes pedagógicas, articulando-as ao Projeto Pedagógico da escola (PP), garantindo os direitos dos estudantes e de suas famílias.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Intervenção e Acompanhamento</p>	<p>Interagir, participar e articular com profissionais de educação e demais instâncias da escola nas atividades pedagógicas.</p> <p>Mediar as situações de conflitos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação de reuniões periódicas (semanal, quinzenal ou mensal) de cunho pedagógico para coordenação de ações. • Participação nos Conselhos de Classe e sensibilização para a implementação do Conselho de Classe Participativo. • Colaboração com ações que viabilizem a avaliação das atividades pedagógicas. • Participação nas atividades dos dias letivos temáticos e atividades comemorativas na escola. • Articulação e participação em ações interventivas junto à comunidade escolar direcionadas para a superação das situações-problema/desafios. • Geração de diálogo problematizador. • Favorecimento da identificação dos interesses divergentes, valores antagônicos e necessidades que geram conflitos. • Contribuição para ações de promoção ao respeito e da cultura de paz. • Auxílio aos sujeitos na tomada de decisão para a transformação das situações-problema/desafios. • Sensibilização da comunidade escolar quanto à importância dos jogos cooperativos na construção coletiva de regras e convivência escolar.

Fonte: Autores e Colaboradores.

Quadro 02

Fluxo das etapas para o desenvolvimento das Ações Institucionais



5.3. Ações Junto aos Professores

As ações junto aos professores compreendem as atividades realizadas com intuito de cooperar com o processo pedagógico voltado à aprendizagem e desenvolvimento integral do estudante, refletindo e analisando as práticas pedagógicas, o desempenho dos estudantes, as possíveis dificuldades de escolarização, bem como colaborando para repensar a práxis dos educadores e mediando conflitos. Para tanto, as estratégias dividem-se em Ação Pedagógica no Coletivo e Ações Pedagógicas Individuais, planejadas a partir de objetivos e procedimentos prévios que atendam às necessidades elencadas no coletivo da escola. Tais ações encontram-se esquematizadas na Tabela 3, a seguir.

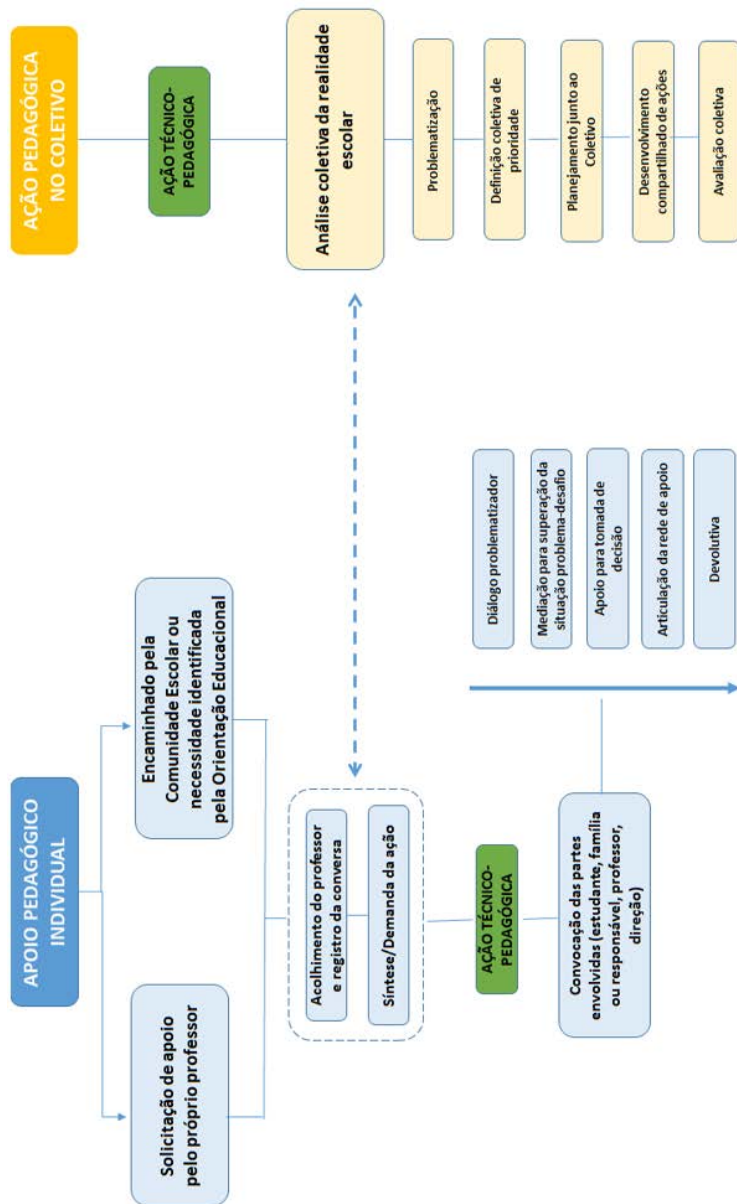
Tabela 3: Metas, Estratégias e Procedimentos das Ações junto aos Professores

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Apoio Pedagógico Individual.</p>	<p>Atender individualmente os professores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento nas situações de busca espontânea. • Convite para conversar quando for solicitado por alguém da comunidade ou quando for identificada essa demanda. • Escuta sensível e ativa. • Diálogo problematizador. • Apoio para tomada de decisão. • Coordenação de ações conjuntas. • Encaminhamento e articulação de rede.
<p>Ação Pedagógica no coletivo.</p>	<p>Promover a análise reflexiva e diálogo problematizador da convivência escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação, orientação e discussão do egimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. • Proposição e articulação para que a construção das normas da unidade (Regimento Interno da Escola) seja coletiva. • Sensibilização e participação na construção coletiva das normas e do plano de convivência escolar. • Sensibilização dos professores quanto à importância de estratégias pedagógicas cooperativas para o fortalecimento da convivência.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Ação Pedagógica no coletivo.</p>	<p>Contribuir com as coordenações coletivas.</p> <p>Realização de ações integradas com os professores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação, junto à Supervisão Pedagógica ou o responsável pela coordenação coletiva semanal, de tempo para troca de informações, devolutivas e ações de formação continuada junto aos professores. • Participação no planejamento, na execução e na avaliação das atividades pedagógicas coletivas. • Desenvolvimento de ações técnico-pedagógicas, sensibilizações, reflexões, esclarecimentos, produção de material, palestras, oficinas, vivências e/ou dinâmicas e estudos sobre temas definidos pelo grupo. • Desenvolvimento de ação conjunta com a Sala de Recurso, com a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem e com outras parcerias. • Sondagem das demandas ou das necessidades indicadas pelo corpo docente. • Realização de entrevistas (individual, coletiva, estruturada, semiestruturada, grupo focal). • Realização de pesquisa ação e observação-participante. • Devolutiva das ações desenvolvidas, a partir das demandas e seus dobramentos. • Participação e contribuição para o desenvolvimento do Conselho de Classe Participativo. • Auxílio na reflexão e na sensibilização da comunidade escolar para a prática de educação inclusiva. • Colaboração na aprendizagem a partir de conflitos. • Estabelecimento de parceria para fortalecimento do processo educativo em desenvolvimento pelo(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional.

Fonte: Autores e Colaboradores.

Quadro 3 – Fluxo das Etapas para as Ações junto ao professor



5.4. Ações Junto aos Estudantes

As ações junto aos estudantes compreendem as atividades realizadas para ampliar suas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento integral, assim como de convivência no meio escolar e social, tendo em vista a sua formação como sujeitos autônomos, críticos e participativos. Tais atividades devem orientar-se pelas temáticas escolares, sociais e afetivas e englobam Ação Pedagógica no Coletivo e Ações Pedagógicas Individuais planejadas a partir de objetivos e procedimentos prévios, que atendam às necessidades elencadas no coletivo da escola, conforme Tabela 4, a seguir:

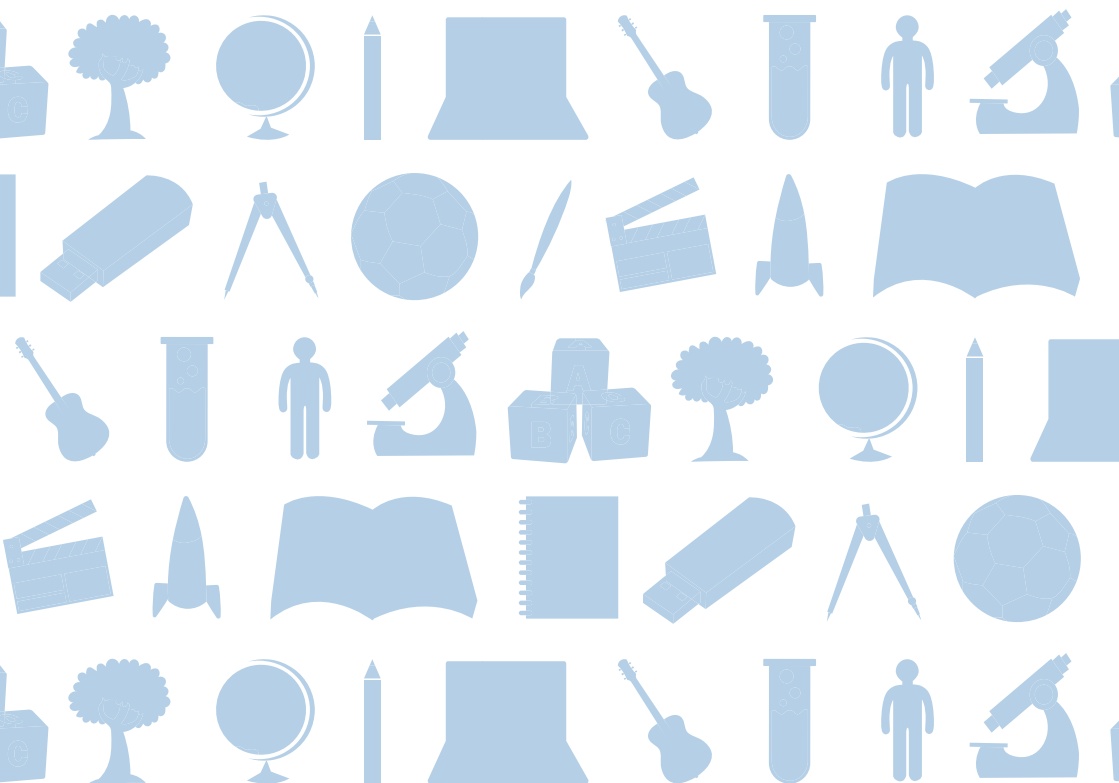


Tabela 4 – Metas, Estratégias e Procedimentos das Ações junto aos Estudantes

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Ações Educativas Individuais.</p>	<p>Acompanhar individualmente o estudante.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento nas situações de busca espontânea ou indicadas. • Registro do acolhimento. • Utilização de metodologia diversificada de acompanhamento tais como: escuta ativa, mediação, diálogo problematizador, observação participante, pesquisa-ação, entrevistas, histórias de vida, questionários, estudo de caso, dentre outros. • Realização de diálogo problematizador com os responsáveis. • Apoio à tomada de decisão e realização de encaminhamentos. • Procedimento de devolutiva ao responsável pela solicitação de acompanhamento. • Monitoramento da evolução de encaminhamentos. • Arquivo dos registros.
<p>Ações Educativas no Coletivo.</p>	<p>Subsidiar a organização eficiente do trabalho escolar e a rotina de estudo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção individual ou coletiva de uma rotina de estudo. • Sensibilização quanto ao uso da agenda escolar e de outros instrumentos de suporte para a organização da rotina. • Realização de intervenções coletivas, individuais e ou em pequenos grupos, utilizando textos reflexivos, vivências, dinâmicas de grupo.

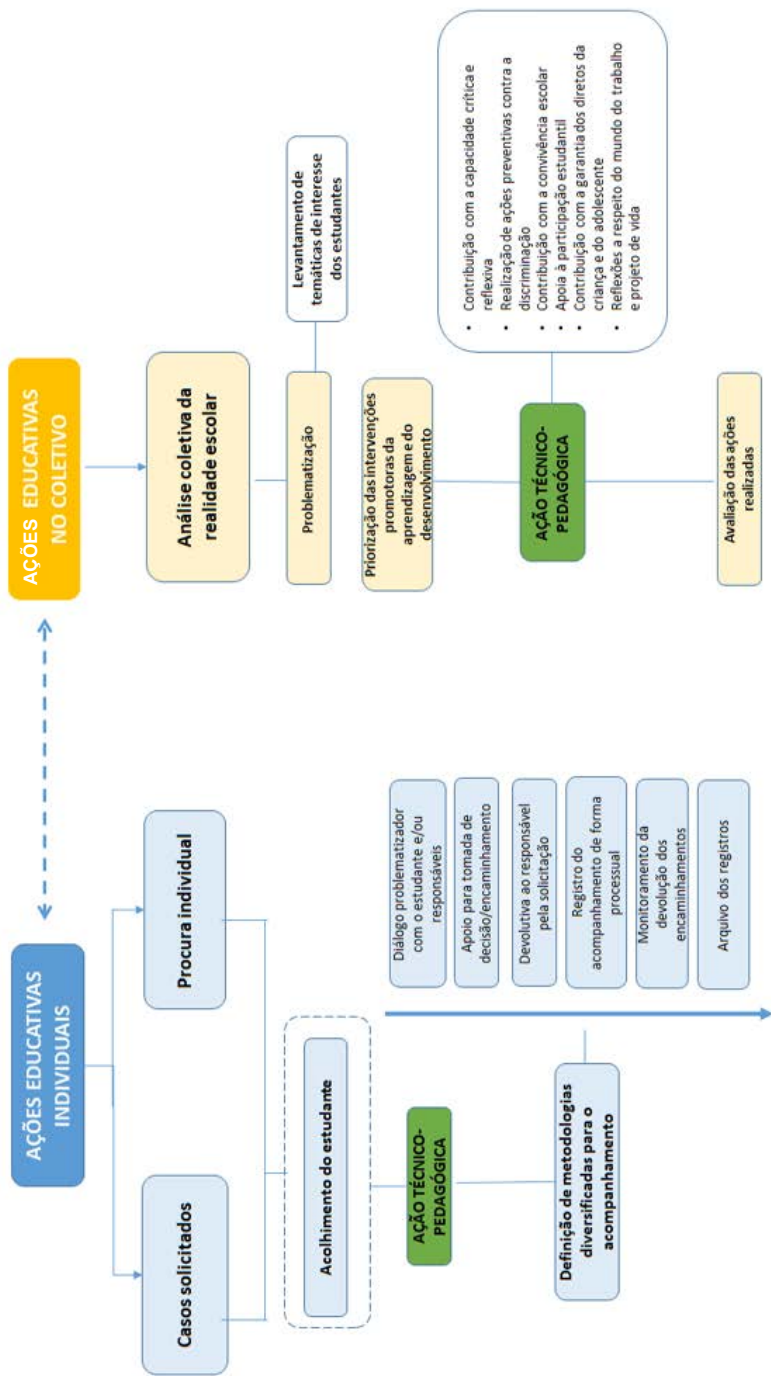
METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Ações Educativas no Coletivo.</p>	<p>Realizar ações preventivas contra a discriminação por motivo de convicções filosóficas, religiosas, ou qualquer forma de preconceito de classe econômica, social, étnica, sexual, enfatizando o respeito à diversidade cultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação de palestras com representantes das Redes de Apoio. • Orientação aos estudantes de forma coletiva e/ou individual a respeito das consequências das atitudes preconceituosas e discriminatórias dentro e fora do contexto escolar. • Participação em atividades de reflexão de luta da pessoa com deficiência, Educação para a Vida, Consciência Negra, dentre outras. • Elaboração, proposição e desenvolvimento coletivo de ações e projetos de acordo com o Projeto Pedagógico - PP - da escola que favoreçam a aprendizagem das temáticas demandadas. • Estimulo e fortalecimento ao desenvolvimento de atividades culturais.
	<p>Promover a análise reflexiva e o diálogo problematizador da convivência escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação, orientação e discussão do conteúdo constante no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. • Sensibilização e articulação para que a construção do Regimento Interno da unidade escolar seja coletiva. • Proposição e participação na construção coletiva das normas disciplinares e do plano de convivência escolar. • Sensibilização aos estudantes quanto à importância da cooperação para a convivência.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Ações Educativas no Coletivo.</p>	<p>Apoiar e subsidiar a participação estudantil nas diversas instâncias da escola e da sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição na reflexão-ação dos modelos, níveis e possibilidades de participação no Conselho de Classe, no Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Assembleias Escolares, Conselho de Representante de Turmas, APAM, dentre outros. • Disponibilização de materiais informativos sobre participação estudantil. • Auxílio nos processos eletivos dos estudantes. • Colaboração na implantação das instâncias deliberativas dos estudantes. • Elaboração, proposição e desenvolvimento de ações e projetos coletivos, conforme o PP da escola que favoreçam aprendizagens para formação de liderança e construção do processo de escolha, representação e protagonismo estudantil. • Promoção de encontros para acompanhar e auxiliar os representantes de turma e/ou Grêmios Estudantis.
	<p>Contribuir com a promoção, garantia e defesa dos direitos da criança e adolescente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento ao estudante e/ou família vítima de violação de direitos. • Participação em reuniões e formações na área. • Articulação com o Conselho Tutelar. • Divulgação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. • Solicitação à Direção de notificação em casos de suspeita à violação de direitos (abuso, exploração, negligência, violência sexual e maus tratos). • Palestras com profissionais da área. • Reuniões com professores e família. • Preservação do sigilo nos casos que envolvam violação de direitos.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Ações Educativas no Coletivo.</p>	<p>Proporcionar ao estudante informações e reflexões a respeito do mundo do trabalho e projeto de vida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vivência em situações de aprendizagem que favoreçam a escolha da profissão de forma consciente. • Promoção e auxílio em ações que envolvam essa temática. • Disponibilização de dados, informações e materiais sobre as profissões por meio de pesquisas, feiras de profissões, entrevistas a profissionais, visitas orientadas, sítios correlatos. • Elaboração, proposição e desenvolvimento coletivo de ações e projetos conforme o PP da escola que favoreçam a aprendizagem de tais temáticas. • Contribuição com ação-reflexão-ação em prol da Cultura de Paz.

Fonte: Autores e Colaboradores.

Quadro 4: Fluxo das etapas para as ações junto aos estudantes.



5.5 Ações Junto às Famílias

As ações junto às famílias são as atividades realizadas para contribuir no processo de integração família-escola-comunidade, por meio de ações que colaborem e/ou orientem a família no processo educativo e estabeleça compromissos compartilhados para a aprendizagem e o desenvolvimento do estudante. Estrategicamente, são desenvolvidas ações de Integração Família-Escola e de Atenção Individualizada planejadas a partir de objetivos e procedimentos prévios que atendam às necessidades elencadas no coletivo da escola, conforme as ações descritas na Tabela 5, a seguir:

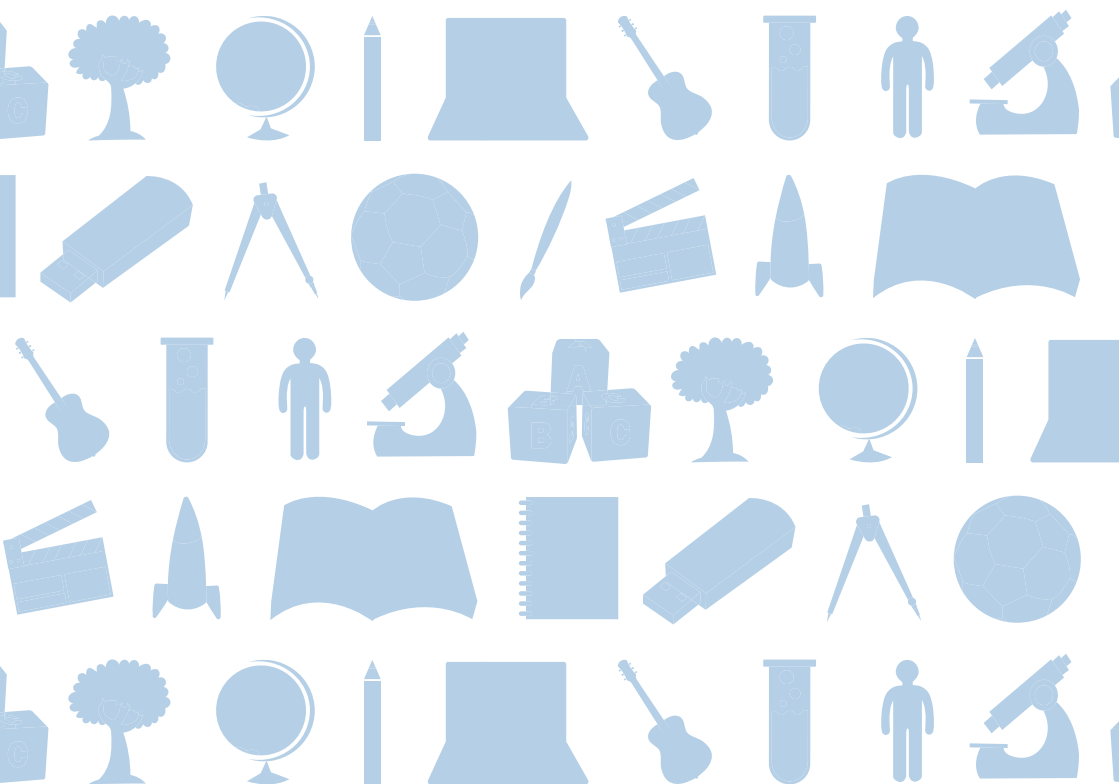


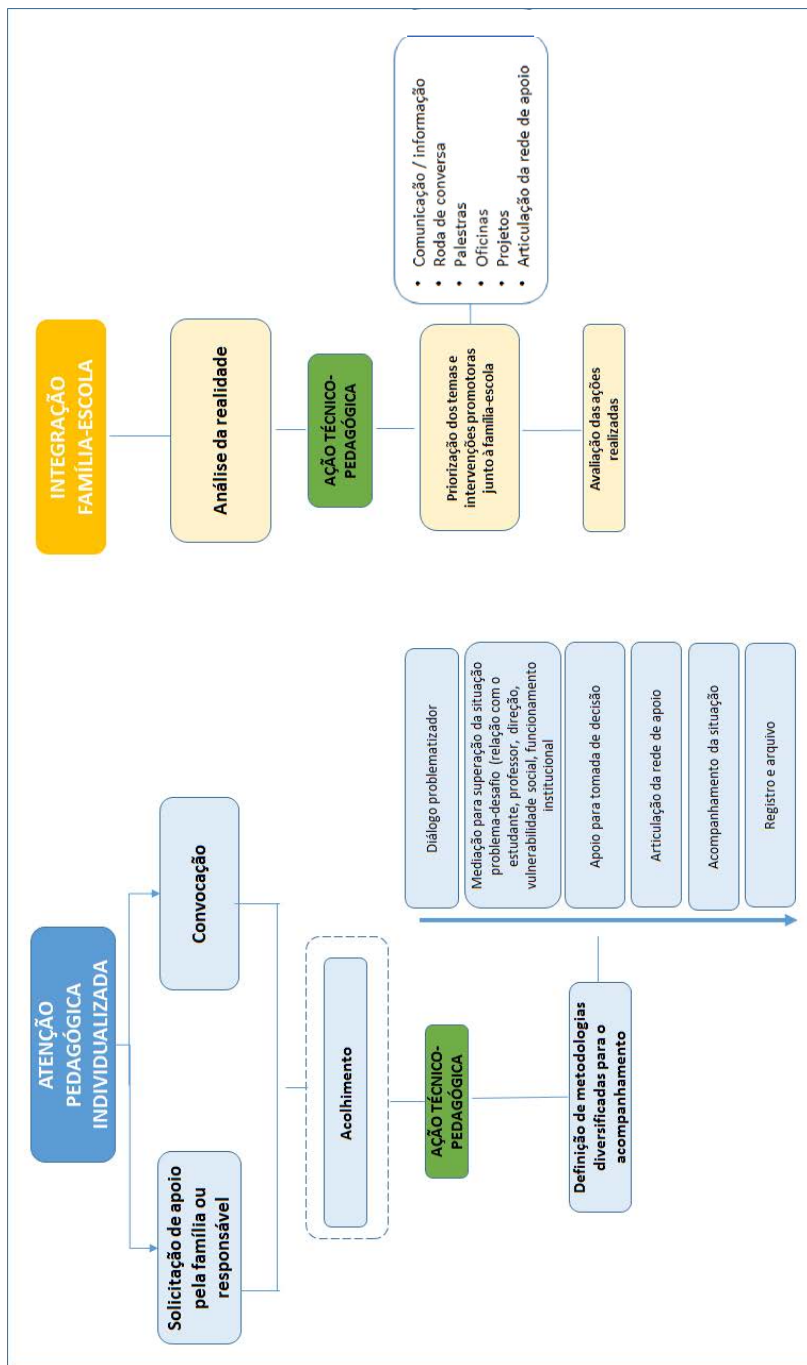
Tabela 5: Metas, Estratégias e Procedimentos das Ações Junto às Famílias.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Integração família-escola.</p>	<p>Contribuir na construção e no fortalecimento da parceria família-escola.</p> <p>Informar e Orientar a família sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e de serviços de apoio social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e desenvolvimento de encontros, ações ou projetos individuais e coletivos com as famílias que orientem quanto aos desafios da vida escolar dos estudantes, bem como sobre cultura escolar e hábitos de estudo. • Estabelecimento de parceria com a família para a superação dos desafios problematizados conjuntamente. • Manutenção de canais de comunicação diversificados. • Participação e articulação de eventos temáticos, gincanas culturais, ações beneficentes, entre outros. <ul style="list-style-type: none"> • Palestras informativas em parceria com Assistentes Sociais, Conselheiros Tutelares, Promotoria da Infância e Juventude, entre outros. • Elaboração de materiais informativos e explicativos. • Uso de canais de comunicação diversificados. • Promoção de fóruns, seminários, atendimentos e reuniões com a família e/ou responsáveis. • Desenvolvimento de atividades que favoreçam o conhecimento dos serviços sociais de apoio existentes, preferencialmente na comunidade. • Orientação aos pais e/ou responsáveis a respeito de campanhas governamentais, pertinentes à temática.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Atenção pedagógica individualizada</p>	<p>Acolher as famílias e, ou responsáveis, mediando as situações-problema/desafios apresentados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento às famílias e/ou responsáveis por solicitação própria ou por convocação. • Identificar e trabalhar junto à família as causas que interferem no avanço dos processos de ensino- aprendizagem do estudante. • Utilização de metodologia diversificada de acompanhamento tais como: escuta ativa, mediação, diálogo problematizador, observação participante, pesquisa-ação, entrevistas, histórias de vida, questionários, estudo de caso, dentre outros. • Apoio para tomada de decisão e encaminhamentos. • Articulação em rede. • Registro de todo acompanhamento de forma processual. • Monitoramento da evolução do encaminhamento. • Arquivo de registros.

Fonte: Autores e Colaboradores.

Quadro 5: Fluxo das etapas para as ações junto à família.



5.6 Ações em Rede

As ações em rede são atividades realizadas para integrar o trabalho da Orientação Educacional ao dos outros profissionais da unidade escolar e visam também articular parcerias com instituições governamentais e não governamentais que favoreçam os objetivos propostos no Projeto Pedagógico da escola, no Currículo da Educação Básica do DF, nas Diretrizes Pedagógicas e de Avaliação do DF, assim como contribuam para a Promoção, Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Para tanto, as estratégias utilizadas buscam favorecer a articulação de Rede Interna e com a Rede de Proteção Social como mostra a Tabela 6, a seguir:

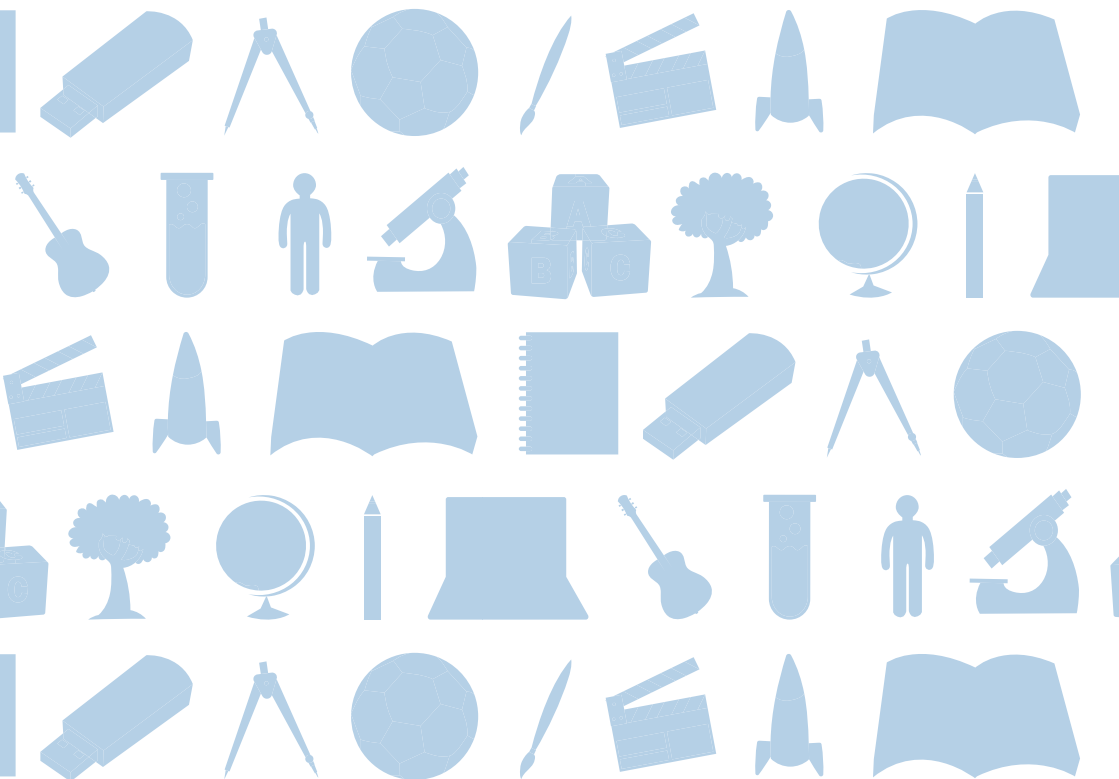


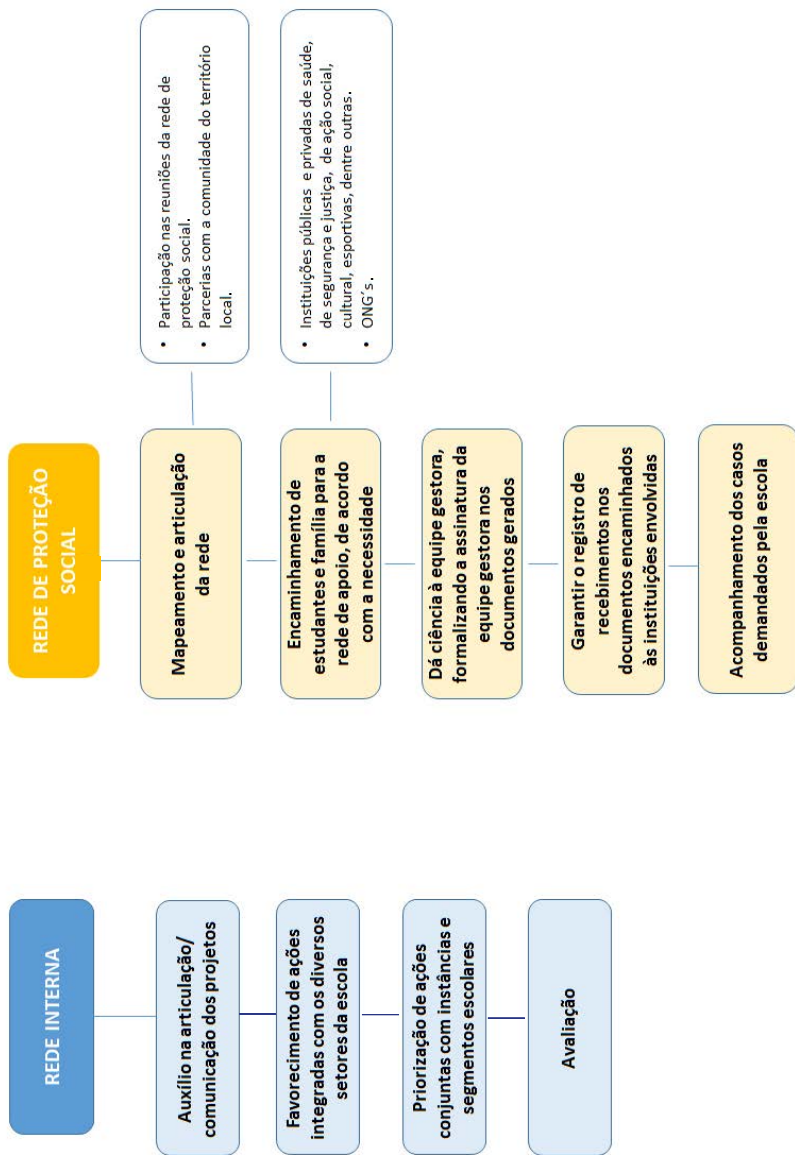
Tabela 6

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Rede de Proteção Social.</p>	<p>Mapear as instituições e os parceiros da rede de Promoção, Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, preferencialmente, no território local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa de quais instituições, projetos e ONG que atendem as demandas da comunidade escolar; ● Estabelecimento de contatos com os parceiros da rede externa, tais como: <ul style="list-style-type: none"> ○ Unidades de saúde, Adolescentro, COMPP. ○ Conselho Tutelar. ○ DPCA, DCA, UAMA. ○ Instituições e projetos. ○ Serviços de Assistência Social (CRAS, CREAS, COSE). ○ Ministério Público. ○ Bombeiro, PMDF. ○ Lideranças comunitárias. ○ Universidades.

METAS	ESTRATÉGIAS	PROCEDIMENTOS
<p>Rede de Proteção Social.</p>	<p>Coordenar ações e projetos com os parceiros da Rede de Proteção Social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Articulação entre os integrantes da rede mapeada. ● Definição, junto ao parceiro, dos procedimentos de encaminhamentos e/ou devolutivas e acompanhamento dos casos. ● Participação em ações e projetos coletivos com a comunidade que visem superar as situações-problema/desafios que impactam o cotidiano escolar. ● Realização de estudos de caso, quando necessário.
<p>Rede Interna.</p>	<p>Coordenar ações e projetos com a família, estudantes e profissionais da educação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Promoção, participação e sensibilização em reuniões regulares com a rede interna: Sala de Recurso, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA), responsável pela biblioteca e informática, secretários, equipe de serviços gerais e portaria, Coordenador e Supervisor Pedagógico, profissionais da educação, Conselho de Classe, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, entre outros. ● Apoio em estudos de caso e estratégia de matrícula. ● Contribuição e apoio aos segmentos escolares com textos, reflexões, estudos e temáticas pertinentes à Orientação Educacional. ● Orientação sobre a rede de Proteção e Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente. ● Avaliação das ações integradas.

Fonte: Autores e Colaboradores.

Quadro 6: Fluxo das etapas para as ações em rede.



6. A AVALIAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

*Não importa onde você parou,
em que momento da vida você cansou,
o que importa é que sempre é possível
e necessário “Recomeçar”.
Recomeçar é dar uma nova
chance a si mesmo.
É renovar as esperanças na vida
e o mais importante:
acreditar em você de novo.*

Carlos Drummond de Andrade

Após a descrição e caracterização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional, é relevante pontuar critérios e condições que favoreçam a avaliação da práxis desse profissional.

Nesse sentido, são critérios para a organização e avaliação do trabalho pedagógico da Orientação Educacional o alinhamento das ações como os princípios da ação coletiva, integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização e convivência escolar, previstos no Currículo da Educação Básica da SEEDF como perspectiva de educação integral do estudante, que por sua vez é objetivo fim da Orientação Educacional, conforme descrito no artigo 127 do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal.

A avaliação do trabalho pedagógico da Orientação Educacional ocorrerá sem desconectar-se da ação educativa da escola. Nesse sentido, uma das dimensões é a avaliação institucional proposta pela SEEDF como possibilidade para a avaliação do trabalho da escola por ela mesma, tendo por pressuposto inicial a análise do Projeto Pedagógico. A Avaliação Institucional está prevista nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016), para a rede pública de ensino do Distrito Federal.

Outra dimensão importante é a autoavaliação, cuja realização se propõe como parte formativa, corroborando seu caráter pedagógico:

“Avaliar todas as instâncias que compõem a organização escolar é pauta constante desse nível da avaliação com o intuito de colocar quaisquer ações a serviço das aprendizagens. Por isso, avalia-se o trabalho desenvolvido na biblioteca, na sala de leitura, nos laboratórios, na coordenação pedagógica, na sala de apoio, na sala de recursos, no serviço de orientação educacional, nos projetos didáticos e ou interventivos, no atendimento ao público. Avalia-se também a qualidade da estrutura física e organizacional da escola”. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p.57)

Ainda como critério de avaliação, deve-se observar a realização de ações nos seis eixos descritos nesta Orientação Pedagógica: Ação de Implantação, Ação Institucional, Ação Junto aos Estudantes, Ação Junto aos Professores, Ação Junto às Famílias e Ação em Rede.

O plano de ação materializa-se no planejamento das ações, possibilitando que o processo avaliativo ocorra no sentido de adequar as ações executadas com aquelas previstas. O que se avalia, portanto, não é a quantidade de atividades ou a complexidade de suas descrições, mas a acessibilidade, as possibilidades e a organização destas em relação aos objetivos que serão alcançados.

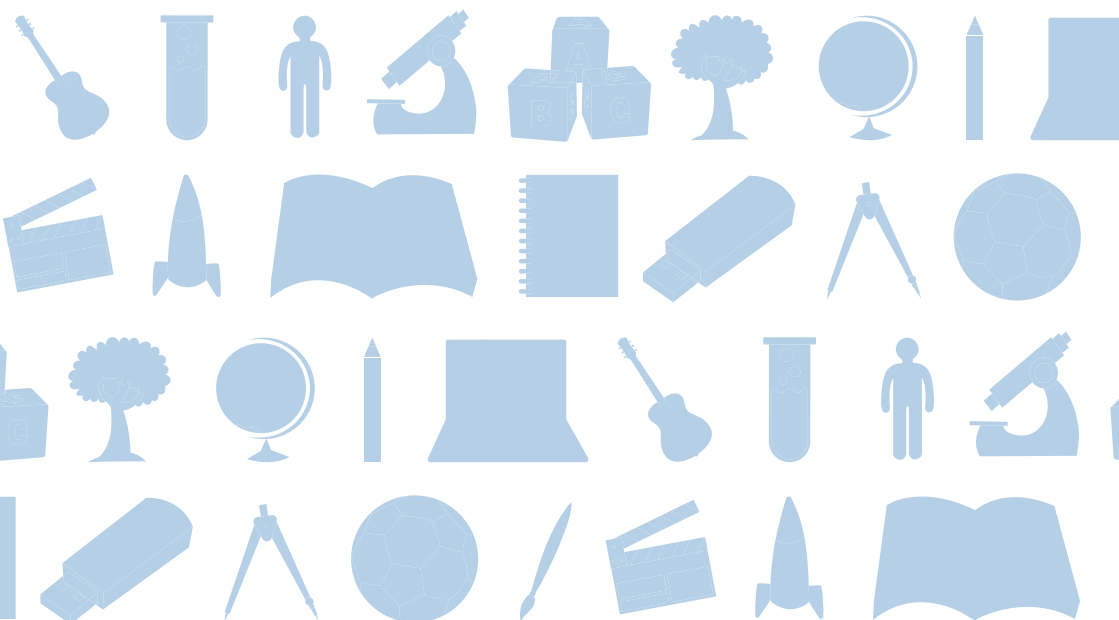
Assim, a avaliação das ações desenvolvidas possibilita a reflexão sobre o trajeto percorrido, revelando oportunidades para a análise de demandas e de desafios coletivos presentes no contexto escolar. O processo avaliativo na educação, ao analisar o desenvolvimento do trabalho pedagógico no que tange à Orientação Educacional, tem como desafio compreender esse contexto, partindo de uma perspectiva que traduza a realidade escolar a partir de sua complexidade social e diversidade humana.

A avaliação do trabalho pedagógico da Orientação Educacional ocorre no contexto da ação educativa, sem se

desconectar do espaço de ação da escola. Assim, a realização da autoavaliação se propõe como parte da avaliação formativa, confirmando seu caráter pedagógico.

“A autoavaliação pela escola realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como referência seu Projeto Pedagógico, por meio de procedimentos/ instrumentos por ela construídos, tais como: fichas, questionários, reuniões, assembleias, plenárias, entre outros. Essa avaliação, seus objetivos e procedimentos precisam tornar evidente o caráter formativo que deve assumir”. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p.57)

A avaliação traduz-se também numa oportunidade de definir as principais dificuldades, suas origens, consequências, e possíveis soluções e/ou ações com foco na formação integral dos educandos e na aprendizagem significativa.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!*

Fernando Sabino

Ao finalizar o presente documento, é importante ressaltar o propósito que delineou todo o processo de descrição da Organização do Trabalho Pedagógico da Orientação Educacional. Buscou-se enfatizar a função e relevância pedagógica desse campo de trabalho para além do atendimento psicopedagógico ao “aluno-problema”, do disciplinamento ou da orientação vocacional, práticas comuns em outros momentos históricos dessa profissão. Isso significa dizer que a presente Orientação Pedagógica surge como um registro da práxis atual da Orientação Educacional, contextualizada nos compromissos educativos que a escola contemporânea assume frente à necessidade de transformação social.

Ao demarcar a mudança no fazer da Orientação Educacional ao longo do tempo, é imprescindível observar que não se trata de uma mudança de identidade, mas sim do acompanhamento da evolução da educação dentro do paradigma que norteia a função da Orientação Educacional. Assim, compreende-se que a identidade e função do(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional está ligada à articulação do currículo e do Projeto Pedagógico no cotidiano escolar.

Portanto, ao longo deste, buscou-se caracterizar as ações educativas da Orientação Educacional frente aos pressupostos do Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação

do Distrito Federal, sob a perspectiva de educação em e para os direitos humanos, cidadania, diversidade e sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante.

Considerando que, no contexto do currículo, a pessoa é vista como um sujeito que se constitui de forma histórica e social a partir das experiências relacionais, a ação do(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional se dá na perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento humano nos diversos contextos educativos. Assim, sua ação abrange não só o estudante, mas todos os profissionais da educação e demais pessoas da comunidade escolar em um processo de articulação de aprendizado em rede.

Para tanto, é fundamental que o diálogo e a ação coletiva sejam os princípios da organização do trabalho pedagógico na Orientação Educacional, atendendo tanto as demandas de solicitação individual, como as indicadas na análise coletiva da realidade de forma mediadora e potencializadora da emancipação dos sujeitos para a participação cidadã e transformação da realidade. Autonomia, participação, responsabilidade e reflexão são os catalizadores da ação educativa dos profissionais dessa área.

Para finalizar, fica o convite para retornarmos ao início das reflexões, nas quais se questiona: “afinal, qual é a identidade da Orientação Educacional?”, que culminaram nesta Orientação Pedagógica, uma vez que compreendemos que o(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional é um profissional articulador do currículo no contexto escolar e ao mesmo tempo questionador deste.

Fica, ainda, a gratidão a todos os profissionais envolvidos na reflexão e escrita deste documento. O ponto final aqui, portanto, serve de começo para novos questionamentos e redesenhos da práxis.



8. REFERÊNCIAS

BALESTRO, M. **A trajetória e a prática da orientação educacional** – Revista Prospectiva nº 28, 2004/2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2009.

CANAU, V. M.; MOREIRA, A. F. (Orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos**. Brasília, DF, [s/da].

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: ensino fundamental, educação infantil**. Brasília, DF, [s/db].

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: ensino fundamental anos iniciais**. Brasília, DF, [s/dc].

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: ensino fundamental anos finais**. Brasília, DF, [s/dd].

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: ensino fundamental, ensino médio**. Brasília, DF, [s/de].

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: educação de jovens e adultos**. Brasília, DF, [s/df].

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: ensino**

especial. Brasília, DF, [s/dg].

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala.** Brasília, DF, 2014-2016.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF – **Orientação Pedagógica da Orientação Educacional.** Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2010.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF. Ficha Profissiográfica da Orientação Educacional que rege sobre a descrição do cargo de Pedagogo-Orientador Educacional. Publicada no DODF 193, de 17 de setembro de 2013, p. 8.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF. Resolução nº 01/2012 do Conselho de Educação do Distrito Federal que rege sobre normas para o sistema de ensino do DF, em observância às disposições da Lei nº 9.394/96. Publicada no DODF 212, de 18 de outubro de 2012, p.10.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.** Brasília, DF. 2009.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.** Brasília, DF. 2015.

FORMOSINHO, J; MACHADO, J. **Currículo e Organização:** as equipas educativas como modelo de organização pedagógica. Universidade do Minho Portugal. Currículo sem Fronteiras, v.8, n.1, p. 16, jan/jun 2008.

FREIRE, P. **A Sombra desta Mangueira.** São Paulo: Olho d'água. 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **Supervisão e Orientação Educacional:** perspectivas de integração na escola. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **Autonomia e Ética na Escola:** o novo mapa da educação. São Paulo: Cortez, 2014.

PORTO, O. **Orientação Educacional:** teoria, prática e ação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

PRESTES, Z. R. **Quando Não é Quase a Mesma Coisa:** análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Repercussões no campo educacional. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação FE/UnB, 2010.

REIS, R. H. **A constituição do ser humano:** Amor, poder, saber na Educação/Alfabetização de Jovens e Adultos. Brasília: Autores Associados, 2011.

SANTIS, L. M. de O. **Educação Continuada na Secretaria de Educação do Distrito Federal:** concepções políticas na década de 80. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília – UnB/Faculdade de Educação – FE, Março, 2002.

SANTIS, L. M. de O. et AL. **Diversidade e Complexidade na Prática da Orientação Educacional do Distrito Federal /** Lucia Maria de Oliveira Santis (Coord.); Marilene Albuquerque Ramos, Rosa Lira Magnólia, Iliana da Silva Fonseca & Luciana de Faria Leite – Brasília, 2006.

SANTOS, C. M., BELEZA, F. T. e CONFESSOR, M. R. **Formação continuada de educadores/as em mediação de conflitos no contexto escolar da SEEDF –** Revista Con Censo, 4ª ed., nº 07, 2016.

Código de Ética do Orientador Educacional. Disponível em: <http://www.asfoe.com.br> (<http://www.asfoe.com.br/php/index.php?option=comcontent&view=article&id=64&Itemid=54>). Acesso em: 10.03.2014.

Currículo da Educação Básica do DF. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/> (<http://www.se.df.gov.br/materiais-pedagogicos/curriculoemmovimento.html>). Acesso em: 10.03.2014.

Decreto-Lei nº 72846 de 26/09/1973. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao> (<http://legis.senado.leg.br/sicon/index.jsp>). Acesso em: 10.03.2014.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.promenino.org.br> (<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-integra-e-comentarios-tecnicos>). Acesso em: 23.03.2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 5.564/68. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 07.01.2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96. Disponível em <http://portal.mec.gov.br> e (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 10.03.2014.

Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013 - Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/> (http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2013/07/cartilha-pl-2013__final_27-06.pdf). Acessado em: 31.08.2016.

Lei Orgânica do Distrito Federal – Lei nº 40, de 30 de dezembro de 2002. Disponível em: (<http://www.cl.df.gov.br/pesquisa-de-leis-e-roproposicoes;jsessionid=8059B6A3654877D558180FD9B63F96A8.liferay11>). Acesso em: 11.09.2013.

Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br>. Acesso em: 08/04/2013.

